

 **Pauta:** Orçamento de 2024 para a educação.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** (14h25min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião conjunta da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE e da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. Boa tarde, sejam todos bem-vindos. A nossa Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude é composta por mim, Ver. Mauro Pinheiro; Ver. Gilson Padeiro, vice-presidente; Ver. Jonas Reis, nosso vereador músico e professor; Ver. Giovane Byl e Ver. Giovanni Culau, que ainda não chegou.

A Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul tem como presidente a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel; como vice-presidente a Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira; o Ver. Roberto Robaina, o Ver. João Bosco Vaz e o Ver. Aírto Ferronato, que não se encontra presente.

Pela parte da Prefeitura, já estão presentes o nosso vereador e secretário Cezar Schirmer, que representa a Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos; o Sr. Jonas Machado, representando a Secretaria Municipal da Fazenda; e o Sr. José Paulo da Rosa, secretário municipal de Educação.

Do outro lado da Mesa, temos a presença da Elaine, representando o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA; a Carolina Aguirre, representando o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Aline de Oliveira, presidente do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre – CME; Cíntia, do movimento “Professor sim, técnico não”; Carina, da Rede Ciranda; e Fernanda, da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA.

Nossa pauta principal, solicitada pelo movimento “Professor sim, técnico não”, tanto para mim quanto para a Ver.<sup>a</sup> Mari, que é a presidente da CEFOR, é tratar do orçamento de 2024 para a educação. Após conversa com os vereadores, a ideia é permitir que as pessoas que pediram a reunião falem primeiro. Em seguida, passaremos para as manifestações do pessoal do governo e, posteriormente, dos vereadores, conforme acharem necessário. Após, abriremos para a plateia com algumas inscrições, e, já que há bastante pessoas,

vamos combinar de fazer falas mais curtas para que a gente possa dar oportunidade para mais pessoas falarem e, depois, fazerem o contraponto. Podemos começar pelo movimento “Professor sim, técnico não”, com a palavra para a Cíntia. Lembro que, quando forem falar, identifiquem-se para ficar registrado nas notas taquigráficas e nos anais da Casa.

**SRA. CÍNTIA MATTOS:** Boa tarde, pessoal, boa tarde à Mesa. Sou coordenadora da Escola de Educação Infantil Vovó Belinha, na Bom Jesus. Faço parte do grupo de trabalho do movimento “Professor sim, técnico não”. Já realizamos alguns encontros e tivemos conversas individuais com alguns vereadores aqui. Hoje, o grupo de trabalho está aqui para reforçar a questão da nossa necessidade de reconhecimento e valorização dos professores.

A gente já deu um grande passo junto ao sindicato, as próprias instituições estão caminhando para fazer esse reconhecimento dos professores. Agora, o trabalho aqui nesta Câmara, junto com os vereadores, é para que essas escolas comunitárias consigam valorizar e subsidiar esses professores com um salário compatível com o cargo exercido, além do reconhecimento e apoio à formação.

A gente trouxe alguns documentos, depois a Carol vai passar para o pessoal e falar um pouquinho mais. Na última tribuna, estive aqui, e uma demanda que veio dos vereadores era sobre quanto que a gente está falando de pessoal para ter uma perspectiva melhor do que esta Casa vai precisar dispor e vai precisar fazer, como emenda ou como um projeto, para uma rubrica desse investimento na educação e poder subsidiar o salário desses professores.

Então, a gente trouxe hoje a documentação, o grupo fez o tema de casa, como foi pedido. Fizemos um levantamento e uma estimativa com a participação do Fórum, do CMDCA e de todos os envolvidos para que a gente pudesse ter essa perspectiva agora para trazê-la para vocês. A gente está discutindo como que vamos proceder nisso. Acredito que é um senso comum que o professor, com formação em pedagogia ou magistério, exercendo o trabalho de docência, precisa do reconhecimento e do salário devido, ou da construção e de uma perspectiva do governo, desta Prefeitura, para poder subsidiar esse salário.

Então, acho que é isso. A nossa pauta de discussão é essa: como é que a gente vai chegar lá. Todos concordam com isso, sobre como que a gente vai fazer essa construção para os próximos orçamentos e entrar nessa perspectiva. Obrigada, pessoal.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** A próxima a falar é Carol Aguirre, do CMDCA.

**SRA. CAROLINA AGUIRRE:** Boa tarde aos vereadores, boa tarde aos secretários, boa tarde a todos que estão aqui. Eu acho que a gente tem que fazer uma reconstituição, lembrando que a nossa parceria com as instituições se iniciou lá em 1994, mais ou menos, e desde então, nós já passamos por todas as nomenclaturas do profissional que nós temos.

Nós também, lá atrás, não éramos escola, nós nos tornamos escolas de educação infantil e nós temos hoje profissionais qualificados na educação infantil. Temos hoje professores com magistério, professores com pedagogia e professores com pós-graduações. Então, esses profissionais trazem qualidade ao serviço, e essa qualidade aqui, em Porto Alegre, em parceria com as instituições, deve ser proporcionadas para as nossas crianças. Eu, como presidente do CMDCA, defendo ainda mais.

Nós fizemos uma pesquisa, e até agora, 157 das 216 instituições responderam. A pesquisa ainda está aberta para que as demais instituições também possam responder. Desse todo, identificamos um total de 2.333 profissionais com formação em pedagogia e magistério. Então, ousou dizer que vamos fechar mais ou menos em uns 3 mil profissionais. Como disse a Cíntia, algumas instituições já assinaram com o sindicato Sinpro, o que é realmente importante para o reconhecimento desse profissional. O que a gente está buscando aqui é nada mais do que um salário qualificado para esses profissionais.

Nós perdemos profissionais para instituições particulares ou até para a própria Prefeitura por diferença de R\$ 100,00. Uma pessoa que estudou durante quatro anos, com formação em pedagogia ou magistério, não pode receber R\$ 1.900.

Sim, o salário é R\$ 1.900. Essa pessoa trabalha 8 horas e 48 minutos, tem uma responsabilidade gigante de atender, de ensinar e de cuidar de todos os itens necessários para o atendimento daquela criança em uma sala com vinte e seis bebês de um ano ou de vinte e duas crianças. É muita coisa, é muita responsabilidade. Nós precisamos qualificar esse recurso.

Sei que a Prefeitura já foi chamada várias vezes, e estamos em conversa, mas o que nos foi passado pelo prefeito é que poderíamos sinalizar, em conjunto com os vereadores, e construir essa proposta junto à Prefeitura. Por isso, a gente fez essa procura com os vereadores, porque a gente sabe que agora está no período da LOA, então, nada mais certo que este período. Desde já, contamos com o apoio unânime de todos os vereadores, porque criança e adolescente não são de um partido. Criança e adolescente são de Porto Alegre. Então, nós estamos aqui hoje com as duas comissões para que possamos referendar, na verdade, o apoio máximo para o momento da votação. Se preciso, a gente vai junto e faz todas as construções. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** A Elaine está com a palavra.

**SRA. ELAINE TIMMEN:** Boa tarde a todos, em especial ao nosso secretário à frente da luta, aos nossos vereadores que estão se empenhando no sentido de fazer essa escuta das instituições que são responsáveis pela educação infantil em Porto Alegre. Nós costumamos sempre lembrar de novo que mais de 80% das crianças da educação infantil são atendidas. Se nós, enquanto parceiras da Prefeitura durante todos esses anos, desde lá a partir do convênio, como a Carol estava dizendo, nós carregamos a educação infantil e garantimos a educação infantil em Porto Alegre. Não conseguimos atender a demanda e a lista de espera só cresce. A última vez que eu consegui ver quantas inscrições tinha para a educação infantil para 2024, já eram mais de 17 mil inscrições. Então, se nós tínhamos 6 mil de passivo em 2023, já estamos com 17 mil para 2024. Claro que são as inscrições, não o que teve vago ou não. Vai ser descontado isso, lógico. Então, sim, precisamos reconhecer o valor dos funcionários que fazem esse

trabalho, que trabalham muito mais horas do que um professor. Nós temos essa responsabilidade porque não podemos simplesmente fazer educação infantil. Nós fazemos educação infantil e assistência a essas famílias, porque as nossas instituições nasceram na assistência social e se transformaram em educação. Essas famílias continuam confiando no nosso trabalho.

Nas pesquisas que fizemos, cálculos que vamos estar passando nesse kit, o total de diferença de salários que hoje é pago à professora, e que Porto Alegre tem como valor base, a diferença fica em mais de 25%. Então, realmente, isso para nós, que temos esses nossos termos de colaboração, não dá para fazer essa cobertura. Precisamos, sim, que a Casa, através da CEFOR, através da CECE, consiga movimentar na LOAS o valor necessário. Vocês estão com as planilhas na mão, é fácil de fazer a revisão, porque sem isso nós não vamos conseguir trabalhar. Até porque, como disse a Carol, ninguém quer trabalhar mais na parceirizada por R\$ 1.900,00, ou melhor, R\$ 1.890,00. É fundamental que seja considerado na LOAS o valor necessário para esses professores que nós estamos, inclusive, fazendo levantamento que vai chegar em torno de três mil professores entre nós, parceirizados.

Então, é importante esta reunião para solidificar isso, garantir que as instituições vão continuar executando a educação infantil e que o Município, sim, está se beneficiando. No sentido de que, como é que vão executar a educação infantil sozinhos? Não tem como. A opção de Porto Alegre foi essa, fazer parceria. Para conseguir que continuemos com professores e não pedindo auxílio, por exemplo, serviços gerais, quebrar galho, porque o funcionário não aparece. Isso é muito sério, e acontece porque os professores estão abandonando as parceirizadas por pequenas diferenças de salário, mas uma diferença de hora de trabalho diferente. Vamos trabalhar 6 horas, em vez de 8 horas e 48 minutos. Estamos trazendo o kit básico para apresentar e motivar os vereadores que façam essa defesa. O estudo da LOA não é algo prático, não é algo fácil. Eu já trabalhei, já fiz emendas populares, sei muito bem que o jogo dos números é difícil. Que conta que eu pago, quem eu atendo, quem não atendo, como é que eu vou priorizar? É difícil, sim, mas criança e adolescente têm primazia no atendimento,

está lá no ECA, e a nossa reivindicação não fica só na educação infantil, podem observar que também tem serviço social. A assistência social também vai ter que ter um aumento considerável para que essas crianças que não estão na escola sejam atendidas no contraturno ou turno integral, mas na área da assistência.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** A Aline está com a palavra.

**SRA. ALINE DE OLIVEIRA KERBER:** Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar os vereadores das duas comissões que nos recebem e promovem este diálogo aqui na Câmara Municipal, cumprimentar os secretários aqui presentes, as conselheiras também aqui presentes: a Elaine, o Anderson, a Carina, a Luciane e a assessora do Conselho Municipal de Educação, Lizelle, que está aqui presente. Também o público presente aqui, que é significativo, assim como aqueles que nos acompanham pela TVCâmara. Então, vou falar pelo CME, falar de controle social em diálogo com as nossas normativas, em diálogo sobretudo com as nossas resoluções.

A educação infantil de Porto Alegre tem na rede própria 46 escolas, como vocês sabem, na rede parceirizada 216, 217 escolas, e só temos 21 dessas escolas regularizadas hoje no Conselho Municipal de Educação, o que significa um parecer de credenciamento e autorização de funcionamento com vigência. É muito pouco, Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel e demais vereadores. A gente observa essa falta de regularidade como um óbice, sobretudo em diálogo com a Resolução n<sup>o</sup> 17, de 2016, do CME, que fixa as normas de credenciamento, de autorização e também de supervisão de funcionamento. O que a gente observa a partir dessa demanda manifesta de pelo menos 17 mil novas vagas, e também inclui transferências, é que o desafio por essa escola regular e por essa escola de qualidade ainda é enorme. Segundo o Tribunal de Contas do Estado, esse número pode chegar a 29 mil. Então, tem aí um *gap* entre as possibilidades reais de vaga, a demanda já manifesta e aquilo que ainda podem ser vagas, contemplando o Plano Nacional de Educação. Mas se considerarmos, Elaine, somente as vagas faltantes e tirando 6 mil, teríamos pelo

menos 11 mil vagas a serem criadas para o ano de 2024. E dialogando com a nossa Resolução nº 15, de 2014, do CME, que fixa as normas para educação infantil, eu coloco aqui o primeiro desafio nessa primeira rodada de falas. Como contemplar essas 11 mil crianças e onde ficam essas 11 mil crianças? Lembrando que o art. 1º, § 1º, dessa Resolução nº 15, de 2014, das normas da educação infantil, assegura que é dever do Estado garantir a oferta da educação pública gratuita e de qualidade e sem requisito de seleção. Não pode ter critério de seleção. Então, como que faz? Porque não tem vaga para todos, já sabemos que 11 mil, pelo menos, sobrarão, e isso é uma enorme violação de direitos humanos das crianças e dos adolescentes, sem sombra de dúvidas.

Então, acho que o plano é muito importante, tem que ter um incremento para educação infantil, de escola, de vagas. Tem vários movimentos acontecendo, tanto de compra de vagas na rede parceira, como de utilização de prédios de escolas estaduais. Eu acho que todos esses movimentos compõem essa necessidade de solução, mas temos aí um desafio muito importante, porque lutamos para que nenhuma criança esteja fora da escola. E uma escola que dê acesso e que dê permanência para todos em diálogo com Plano Nacional de Educação, com a Constituição Federal, com a Lei Diretrizes e Base da Educação, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, mas que também traga qualidade, Ver. Jonas, que é isso que o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente trouxe. A questão da qualidade que também passa pela valorização dos professores e demais profissionais da educação infantil. também trago aqui novamente o art.183, da Lei Orgânica do Município, que fala que o Município nunca aplicará menos de 30% da receita resultante de impostos, nela compreendida a proveniente de transferências da União e do Estado, na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal. Então, temos que observar a LOA correspondendo a esses 30% da receita, conforme já aprovado por esta Casa, art.183, para que, efetivamente, caiba no orçamento a educação infantil e para que nenhuma criança fique fora da escola. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado, presidente; obrigado por essa reunião conjunta com todos os membros, vereadores da CEFOR e da CECE. Saúdo aqui, na figura do secretário Cezar Schirmer, todos os membros do governo, e também, na figura da Carol, cumprimento todas as autoridades do campo da educação e dos serviços públicos prestados à população de Porto Alegre. Chama a atenção hoje, presidente, a possibilidade de o governo não aplicar nem o mínimo constitucional na educação. Na lei orçamentária enviada para esta Casa, está colocado em 14,44 %, isso eu considero, de fato, um absurdo, um dos maiores absurdos que Porto Alegre poderia ver. Mas não é uma novidade, porque nós vemos, numa sequência de anos, que essa briga, professora sim, TDI não, é antiga, mas já há três anos está muito fortalecida. Parece que a gente fala na CECE, não é a primeira reunião, professoras, não é a primeira reunião que o governo vem, ouve e vai embora. Eu quero saber do governo, e por isso que saúdo a figura do Cezar Schirmer aqui, que já foi secretário de Estado, já foi prefeito: qual é o lugar da educação hoje, secretário, no Município? As professoras vão permanecer não recebendo o Piso Nacional do Magistério, que é uma lei federal? Enquanto outras pastas do Município tiveram aumento significativo, bastante significativo. Embora a gente olhe, por exemplo, Secretaria de Parcerias, aumentou mais de 20%; Secretaria de Habitação e Regularização; Secretaria de Assistência Social não teve aumento. Eu fico pensando o que nós queremos com esta cidade, Secretaria de Mobilidade Urbana, de R\$ 20 milhões para R\$ 154 milhões. Nós estamos passando dinheiro direto para o caixa de empresas de transporte, mas nós não queremos passar apenas, pelos dados que foram apresentados, 25 %, nós não conseguimos passar para a educação, para as professoras do Município, mas nós conseguimos passar para sete famílias, cerca de sete famílias que mandam no transporte urbano da capital e que não deixam essa cidade investir em outros modais. Nós estamos reféns dos pneus, reféns de um transporte que não é nem



sustentável, eles não colocam ônibus elétricos, aí eles vão receber mais de R\$ 100 milhões. Mas as escolas, que oferecem educação para os filhos dos trabalhadores desse Município, não vão receber a sua reivindicação. Eu não questiono que possa ter aumento na Secretaria do Transporte, não tem problema, desde que a luta histórica da educação seja reconhecida, minimamente o governo tem que dar um sinal, ele tem que dizer. Nós não podemos sair dessa reunião hoje, presidente Mauro, porque, senão, vai ser uma desmoralização para nós, vereadoras e vereadores, que estamos aqui nessa comissão o ano inteiro, discutindo inclusive esse tema, se o governo não sinalizar que vai aumentar o valor dos repasses para as escolas conveniadas. Tem que aumentar, algum movimento tem que ser feito. Nós não podemos, é inaceitável que neste dia saia daqui com apenas “vamos estudar”. Não, nós temos aqui a Secretaria da Fazenda e o secretário Cezar Schirmer, que é um homem conhecedor das lutas históricas do povo do Rio Grande do Sul e dessa cidade, colega vereador, hoje está licenciado, e digo que faz muita falta no plenário. Mas eu não posso aqui, como professor, acreditar que uma rede que oferece a maior quantidade de vagas já vista na história do nosso Município da educação infantil e eles não tenham o seu rendimento reconhecido. Gente, as famílias hoje de Porto Alegre, elas vão trabalhar porque tem a rede conveniada abraçando os filhos e filhas, senão eles estariam nas ruas, e eles estão dentro de escolas, bem cuidados, bem educados.

Então, eu acho que não adiantam palavras bonitas, não adianta dizer que aumentou o número de vagas, porque nós temos de demanda manifesta ainda 7 mil pessoas procurando vaga na educação infantil, ou seja, dava para nós aumentar a parcerização. Não só aumentar, mas é preciso, neste momento, reconhecer quem está lá fazendo há muito tempo, e, olha, tem gente que está há 30 anos, tem gente que está lá e já se aposentou lá, fez muito por essa cidade e precisa ser reconhecida.

Portanto, eu quero pedir do governo um gesto generoso nesse momento, inclusive não quero entrar nos entremeios, O Ver. Mauro é relator, se nós tivemos mais de R\$ 10 milhões para comprar umas mesinhas de plástico com

uma tela, coisa que os pediatras não recomendam, tela interativa para educação infantil, cada mesinha custou R\$ 27 mil, cada escola de educação infantil, as 46, ganhou cinco mesas. Nós gastamos R\$ 10 milhões com uma mesa que está jogada nas escolas, porque a Pedagogia não aceita essas mesas, porque a Pediatria não recomenda. Mas aí um iluminado da SMED, há dois anos, achou que tinha que gastar R\$ 10 milhões. Por que que não botou para elas os R\$ 10 milhões, para as escolas conveniadas? É esse tipo de coisa que nós temos que tirar a limpo agora. A CPI está tirando a limpo isso. É preciso que o dinheiro da educação, primeiro, remunerar bem os profissionais; segundo, garantir novas vagas no sistema que está dando certo, que é o conveniado. Depois, podemos inventar outras coisas. Acho que é momento de a gente saber, se houve erros, os erros aconteceram, mas nós temos que agora fazer acertos, movimentos coletivos de acertos. Então, eu estou querendo que a gente possa fazer isso. Muito tranquilamente, mas é me entendam, eu estou no terceiro ano como vereador desta Casa, então eu já posso ficar indignado, porque nós estamos em fim de mandato, seja do prefeito, seja dos vereadores, e até agora a gente não viu a valorização dessas profissionais. Obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** A Sra. Carina Koche está com a palavra.

**SRA. CARINA KOCHE:** Boa tarde a todos, não vou me estender em cumprimentos, mas sintam-se todos cumprimentados. Meu nome é Carina, sou diretora da Escola Recanto Feliz, também faz parte da Rede Ciranda, que é uma rede de escolas privadas em Porto Alegre. As escolas privadas já vivem esse cenário de pagar o valor integral, a exemplo aqui das planilhas, na faixa de R\$ 3 mil, e isso acaba refletindo no valor da mensalidade, sim. A gente sempre questionou por que a criança da educação infantil tem que ser atendida por um professor, com carteira assinada, seja pedagogo ou com magistério, e essa exigência sempre aconteceu também por parte da Secretaria de Educação e pelo sindicato, no caso o Sinpro, e nas demais escolas essa exigência não

acontecia. Quem já me ouviu falar sabe o quanto eu sempre valorizei o trabalho do pessoal que também trabalha nas outras escolas e não é reconhecido como tal.

O questionamento que eu faço, a gente está falando da mesma criança que está na escola privada, que está na escola pública, que está na escola, me perdoe o termo, conveniada, por que a criança da educação infantil, que frequenta uma escola que tem educação infantil, ensino médio, ensino fundamental, por que essa criança a legislação permite que o professor seja somente num turno pedagógico e que no outro turno essa criança seja atendida pelas pessoas competentes, mas que não necessariamente sejam professores, porque não é uma carga horária de turno pedagógico. Eu acho que isso tudo é uma construção que a gente vem tendo ao longo desses anos e, como sugestão, fica para Câmara aí no caso, de um projeto de lei, uma vez que a 015 exige o turno integral, e a gente sabe é que financeiramente, num primeiro momento, virar a chave fica complicado, e aí eu não estou defendendo, eu estou sendo realista com Município, de pensar num projeto de lei, e aí Mari me ajuda se eu estou falando certo, ou se eu estou falando errado, onde esse turno pedagógico para educação infantil, para o sistema do Município, também fosse contemplado somente um turno, que é o que a gente vive hoje nos colégios grandes, vamos dizer assim. Porque virar a chave do Município, das conveniadas, da noite para o dia, quanto tempo a gente vai levar? Por sua vez, as privadas vêm de uma pós-pandemia, de escolas fechadas por quase dois anos, por “n” conceitos errôneos, em que a gente está sobrevivendo, está tentando se manter, bancando esse salário de R\$ 3 mil, e eu não estou dizendo que não é justo, acho que deveria ser muito mais, mas, infelizmente, a sociedade não reconhece, e isso é um problema sociocultural que a gente tem. Então, assim, acredito que um meio-termo, para a gente poder ter um índice de sucesso maior para todos, seria realmente essa questão de a gente pensar num turno pedagógico, porque nas escolas, hoje, de educação infantil, se tu ofereceres um balé, tem que ser para todos, tu ofereceres um inglês, tem que ser para todos; agora, se essa criança vai para um Rosário da vida, um Anchieta da vida, a mãe pode determinar se

quer ou não que frequente no outro turno. Então, assim, se tem toda uma questão de assistencialismo, de recreação, de atendimento, enfim, por que não a gente chegar nesse meio-termo para tentar contemplar o maior número de crianças e profissionais reconhecidos, porque eles também fazem um trabalho digno, com excelência, mas que não estão sendo reconhecidos; por sua vez, nós, da privada, somos exigidas para tanto, quer dizer: dois pesos e duas medidas, dentro da mesma Secretaria de Educação. Um outro detalhe bem importante em relação a tudo isso é que, dentro da educação infantil, esse cuidado, esse atendimento é exigido por parte de todos; esse reconhecimento, essa exigência só está sendo feita na privada; então, assim, se a gente precisa de um projeto de lei, alguma coisa que dê a origem em relação a esse recurso financeiro, para compor essas planilhas de cálculo, para ser repassado isso, seja para as conveniadas, seja para as compras de vagas, que seja feito. Agora, trago aqui um depoimento bem particular: a minha escola hoje faz parte do edital de compra de vagas – a Secretaria de Educação tem me mandado as listas –, e eu já repassei vários retornos em que as famílias não querem a vaga, não querem! “Ah, porque é longe, porque é isso, porque meu horário de trabalho é tal, porque não sei quê.”

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. CARINA KOCHÉ:** Bom, mas se a escola de lá não fez a proposta, cabe à Prefeitura ver o que está acontecendo. O que eu estou querendo colocar é que esse valor, essa questão do número de compra de vagas deveria ser justificado, a família deveria assinar um termo, porque a gente tem que ser justo, gente, quando é trabalhado, é trabalhado, quando não é trabalhado, quando não é oferecido, todo mundo tem direito de dizer que tem 10 mil vagas sobrando, tem 6 mil vagas sobrando, só que eu sou testemunha, eu liguei para várias famílias; aí essa família continua dizendo que não quer. Então, acho que a gente tem que, pelo menos, ser...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. CARINA KOCHÉ:** Bom, o espaço é para colocar? Eu termino a minha fala. A gente está falando de educação; então, só para mim saber qual é o tom da conversa.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Vou pedir para o pessoal esperar um pouquinho, deixar a Carina terminar, depois a gente vai abrir o espaço para as outras pessoas falarem também.

**SRA. CARINA KOCHÉ:** Obrigada, Presidente, é só uma questão de ordem, de respeito às falas e às opiniões. Gente, assim, só queria finalizar dizendo que sim; acho que tem meio-termo, sim; acho que o radicalismo, a essa altura do campeonato, não vai levar a lugar nenhum; acho que a gente tem que encontrar medidas factíveis. Eu não sou a dona da verdade, não tenho todas as resoluções, mas estou vendo o que, dentro do Estado, está sendo feito e que nós poderíamos, sim, estar implementando isso, como uma forma de um caminho para se chegar ao resultado final – até, então, a gente não estava andando, então acho que tudo é um processo nesse sentido. Muito obrigada pela fala, fico à disposição.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) (CEFOR):** Boa tarde a todos, boa tarde aos componentes da Mesa, já nominados, vou ser breve nos protocolos e até na minha fala. Bom, como todos já sabem, a minha principal bandeira é a educação; então, tomo maior detalhes, também no orçamento do Município. Aqui eu venho com alguns números, eu acho que a ideia é a gente conseguir debater em cima deles, na perspectiva deles, secretários. Nós temos um orçamento na casa dos R\$ 300 milhões para educação parcerizada, eu imagino, pela LOA; nessa perspectiva que os números que foram nos apresentados, teríamos um acréscimo de R\$ 27 milhões nesse orçamento para compor esse aumento percentual e a gente conseguir atender a demanda dos professores serem

remunerados como professores e não mais só como técnicos. Então, acho que a gente está falando na casa dos R\$ 27 milhões de incremento. Nós sabemos que no contrato de todas as escolas parceirizadas já existiam bônus para a profissionalização da educação infantil, sabemos sabe que esse bônus, há alguns anos, não tem sido feito; então, existe margem até contratual se a gente for analisar pela perspectiva jurídica de fazer esse aumento, que se dará acima da inflação, Ver.<sup>a</sup> Biga, porque tu sabes que quando a gente está aqui, depois eles colocam a culpa na burocracia; então, acho que a burocracia, tendo em vista que eu leio os contratos das escolas parceirizadas, existe margem de reconhecimento do trabalho que ainda não foi entregue pela Prefeitura. Então, a gente tinha o repasse, o aumento que era dado em função da inflação e não em cima de todos os contratos que foram dados de cinco anos, com cada uma das escolas da nossa rede, que foi feito na gestão passada. Então, acho que margem jurídica nós temos; a gente tem uma meta de achar R\$ 27 milhões no orçamento para realmente conseguir atender essa demanda; daí eu tenho outras duas perguntas para a secretaria com relação ao auxílio-berçário, se está contemplado nesse valor dos R\$ 330 milhões aqui da educação infantil? Qual é a perspectiva de aumento de vagas que está no orçamento também da LOA, eu não consegui ver nenhum projeto específico para isso, nem na LDO, não vi nenhum projeto de governo com relação a isso? E por último, até trabalhando na fala da Carina, pela sinalização que a gente vê da plateia, nós temos um projeto em Porto Alegre que é Vou à Escola, no qual as crianças da educação fundamental recebem um valor do vale-transporte; eu fiz um indicativo à Prefeitura de Porto Alegre, que já passou pelas comissões; todos vereadores, independente da ideologia política, votaram sim, de a gente conseguir ampliar o Vou à Escola para a educação infantil, porque a realidade da educação infantil, aí até a Aline fez aqui a fala, é excludente, porque o transporte hoje na cidade exclui a população, excluiu, porque custa caro. Então, a gente, vê na realidade das famílias, que ir até a escola e se locomover é algo que cria um *apartheid* na cidade. E a gente pode mudar essa realidade e diminuir essa seletividade da educação infantil, daqueles que conseguiram vaga próximo da sua casa, para

todas as crianças que conseguiram uma vaga, quando a gente começar a trabalhar na perspectiva do modal, também através de um Vou à Escola para educação infantil, o que não seria um valor tão alto, mas eu acredito que seria uma maneira de incluir toda criança da educação infantil que tiver na lista das vagas poder ser realmente contemplada com a vaga, e que a mãe ou o familiar não se sintam no constrangimento de negar uma vaga, por não ter dinheiro para ir até a escola. E a gente sabe que essa é a realidade das nossas periferias. Então, são essas colocações, com os números aqui, bem como as minhas dúvidas.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** A Sra. Fernanda Paulo está com a palavra.

**SRA. FERNANDA PAULO:** Boa tarde para todas e todos que estão presentes aqui nesse auditório. Estou representando a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, quero fazer o uso aqui da presença da Carol que está como presidente do CMDCA; como presidente do CMDCA, a bandeira é fazer valer o Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz que a criança tem o direito de ser matriculada perto de sua residência. Acho que isso é muito importante, fazer valer as nossas legislações; agora, gostaria de dizer que não é pouco R\$ 1.186,00 de diferença salarial; gente, 3 mil e poucos reais ainda é pouco salário para professor e professora que trabalham na primeira etapa da educação infantil. Eu discordo que a educação infantil tem alguma relação com a assistência social, ela é uma política da educação; concordo que ela faz parte, deve estar contemplada a rede de apoio e o sistema de garantias de direito. Então, não vamos tratar a educação infantil como assistência, como apenas um cuida-se. Se é uma política de educação, não existiria, não deveria existir escola sem professor. E o que vale é o que está no papel. As carteiras profissionais dessas educadoras, da maioria, porque algumas já têm hoje o reconhecimento como docente, não é docente, mas atua como docente. Isso implica na aposentadoria, isso implica no reconhecimento da sua função para um concurso

público; então elas não têm como comprovar que são professoras, quando concorrem a uma vaga para docente. Essa política de parcerização antes, que era convênio, iniciou em 1993. Gente, passaram-se 20 anos, e a precarização continua a mesma, não tem melhoria. Então, eu só gostaria de falar trinta, eu só gostaria de colocar aqui para não tomar o tempo, dizer que há alguns casos – isso eu acho que é o papel da Prefeitura, fazer a fiscalização, junto com o Conselho Municipal de Educação, nessa mudança de alguns profissionais passarem a ser reconhecidos como professores, algumas educadoras tiveram uma alteração no seu contrato de trabalho, como educador social. Não existe educador social na educação infantil, educador social é um profissional da assistência social; então, precisa sim fazer um acompanhamento, porque isso é precarizar as relações de trabalho, bem como uso indevido do público do dinheiro. E quero dizer que sem aumento de repasse para as instituições, não há como fazer o pagamento dessas professoras, não há como fazer o reconhecimento dessas professoras, porque essas instituições prestam um serviço para a Prefeitura – 80% das crianças da nossa cidade, sobretudo da periferia. Eu acredito, e estou sendo muito sincera, que, quando não tem investimento público na educação infantil, na primeira infância, significa que a gente escolhe fazer educação pobre para pobre. E outra coisa, 604, vamos arredondar para 700, esse é o número de profissionais em pedagogia que precisam de uma política do município que garanta que eles possam trabalhar, possam estudar e trabalhar. Não é possível que, em 2023, a gente tenha educadoras sem pedagogia. Há um número mais expressivo do curso normal, mas a gente precisa garantir que essas pessoas que têm o curso normal possam, durante a sua jornada enquanto profissionais da educação, também estudar. Era isso. Em nome da AEPPA, agradecemos a composição da Mesa.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, Fernanda. Temos agora a Ver.<sup>a</sup> Biga inscrita, depois vou passar a palavra aos dois secretários e temos seis pessoas na plateia que também já se inscreveram. Recebemos aqui o CMDCA, que nos passou, junto com as outras organizações, uma tabela de



diferença de valores dos professores pelo Sindicreches e Sinpro, e hoje pelo Sinpro comunitárias, e mais alguns dados que eu, na primeira vez que vi, até dei uma estudada. Se eu entendi, há uma diferença: no Sinpro, no Sindicreches, a pedagoga ganha R\$ 3.040,00, mais o adicional de pedagogia de 3%, que é R\$ 91,22, totalizando R\$ 3.132,02; enquanto nas comunitárias, a pedagoga ganha R\$ 1.946,70, sendo uma diferença de R\$ 1.185,32. O valor da hora do Sinpro e do Sindicreches é R\$ 14,48 e da comunitária é R\$ 9,00. Se eu entendi, é assim: são 11 professores na escola padrão, o que vai dar R\$ 33.448,00; mais salários e encargos, o que dá R\$ 53.000,00 para esses 11 professores; um adicional de pedagogia de R\$ 1.605,00, o que vai gerar um custo de R\$ 55.123,62; enquanto que, nas comunitárias, essas mesmas 11 custam hoje R\$ 34.261,92, uma diferença de R\$ 20.861,70.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Essa é uma proposta que vocês estão fazendo, Ver. Biga? Só para a gente ir entendendo aqui, o secretário já...

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada, Ver. Mauro Pinheiro, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, eu acho que é bem importante essa reunião de hoje das duas comissões. Eu cumprimento todas as nossas convidadas. Cada fala de vocês vai agregando para que a gente tenha essa noção mesmo do todo, secretário Schirmer, secretário José Paulo e todos e todas que nos acompanham, nessa audiência pública das nossas duas comissões, de um tema extremamente caro para cada uma de nós, doloroso: cidade educadora. Vamos lá, secretário Schirmer, secretário José Paulo, estamos longe de estarmos vivendo uma cidade educadora com uma prioridade. A opção estratégica da gestão Melo na parceirização... Bom, é uma escolha. Política é feita de escolhas, mas, muitas vezes, a solução que se apresenta para os problemas – e as soluções apresentam muitos problemas – por vezes, são problemas de risco. Veja bem,

dando uma olhada para além da educação infantil, olhando a educação, nós temos, dentro da SMED, também a Escola bem-cuidada, secretário José Paulo; temos um programa que se chama Escola bem-cuidada. Estou recebendo inúmeras denúncias e estou para ver se consigo, ainda nesta semana, ir ao bairro São José, por exemplo, à Escola Acomur, que está fechada, fechada. Onde estão aquelas crianças? Dispersão...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** ...umas para cá, outras para lá. E a escola... Difícil, não é? E a escola e outras tantas que a gente tem recebido lá, foi um problema, de fato, que não dava para ter as crianças lá. Mas como é que está essa Escola bem-cuidada? Está dando conta? A Prefeitura falava que o déficit de vaga de creche e educação infantil era de 6,3 mil, 6,4 mil vagas, por aí. As matérias jornalísticas, especialmente o Sul 21, o Matinal... Quer dizer, vários veículos de comunicação nos trazem mais de 20 mil. Quantas mulheres não estão procurando, porque sabem que não tem e nem tem como mais ir atrás. Eles falam que o déficit é de doze mil e alguma coisa. Vocês todos sabem que o meu mandato é um mandato das mulheres, é um mandato dirigido à casa das mulheres e nós bradamos ao Presidente Lula quando sanciona a lei de igualdade salarial para as mulheres e para os homens. Nossa, a gente lutou 80 anos por isso. Queremos uma cidade desenvolvida, e uma cidade desenvolvida precisa gerar emprego e, ao gerar emprego, nós queremos que essas mulheres estejam no mercado de trabalho. Oi? Como elas vão para o mercado de trabalho se não têm onde deixar os filhos? Não têm. Então tu acabas de ovacionar uma conquista e logo tu enxergas que não dá. Não dá, porque é muita, muita necessidade de vaga de creche. Creche, para nós mulheres, é uma condição *sine qua non* da nossa existência como cidadãs. As crianças precisam de vagas nas creches e na educação infantil. Eu ouvi, e acho que muitos de vocês ouviram, uma entrevista do prefeito Melo quando ele diz que a opção de compra de vagas é uma alternativa extremamente importante e que era por aí que tinha que ser

investido. Muito bem. Aí, a gente ouve aqui o que traz a Carina e imediatamente uma mãe se contrapõe e eu entendo, eu entendo o que você fez, porque isso... Gente, vamos lá, quantas escolas infantis particulares existem na Bom Jesus? Quantas escolas particulares existem no Mário Quintana? Quantas escolas infantis existem na periferia, gente? É sobre isso que nós estamos falando. Então, eu entendo, Carina, o que tu colocas. É certo que eu entendo, mas nós estamos falando dessas mulheres que estão lá na vila, que precisam colocar os seus filhos nas creches para ir trabalhar, para ir trabalhar. Muitas trabalham em reciclagem, são domésticas. Como é que elas vão pagar passagem para se deslocar e ir a uma escola particular levar seus filhos? Gente, é dessa realidade que a gente fala. É dessa realidade. É sobre isso que nós estamos falando. Então, não é uma questão de falta de educação. É uma questão de falta de vaga na creche no local de moradia dessas mulheres. É disso que nós estamos falando. Compramos as vagas... Beleza. Eu acho que é uma alternativa a mais. Ela não é a alternativa a ser seguida. Parcializações hoje é fato dado. Eu visitei muitas escolas; aliás, estou disponibilizando emendas inclusive para algumas que me solicitaram, porque a gente acha que é importante, secretário José Paulo; é importante. A gente precisa olhar também para essa questão, e nós estamos abertos a isso, mas não dá para nós sobrecarregarmos mais as mulheres ainda com essa situação. Eu me dirijo a vocês sobre o piso salarial. Eu sou pedagoga, sou psicopedagoga, e o meu primeiro emprego foi em uma escola infantil. Em seguida, secretário Schirmer, eu fui para atividade sindical, porque essa era a nossa briga, digamos, as nossas bandeiras, a nossa luta. Primeiro nós queríamos creche, e foi aí que eu despertei para luta política. A necessidade de termos, nas nossas convenções, nos nossos dissídios, o direito à creche. Depois foi a demanda do piso da categoria, da importância da valorização profissional e a valorização profissional começa com o seu salário. Óbvio. Óbvio. Então, saibam vocês que, aqui, na Câmara Municipal, vocês têm apoio total, apoio total. A Aline, quando está de vereadora, tem apoio total da Mari, de todos nós, do Giovani, que chegou agora – seja bem-vindo – tem total apoio. Incluir+POA significa isso. Sim, para mim é essa a tradução. Então, vamos lá.

Vamos incluir mais nomeação para terceirização, porque tem esse vínculo também mais difícil para com as crianças. Nós temos aqui, na câmara, uma frente parlamentar da defesa das trabalhadoras terceirizadas, da atividade-meio, não da atividade-fim, não da atividade-fim. Vamos ter essas terceirizadas, como hoje já se tem na alimentação, no serviço de portaria, de limpeza, mas não na atividade-fim das professoras. Aí, não. Aí, não dá, gente. Tem que ser professora. As trabalhadoras recebem da nossa parte aqui total apoio. Por último, eu queria dizer que a Ver.<sup>a</sup> Mari está com essa peça bem pequenininha. É difícil assim para a gente ler e estudar, mas nós estamos esmiuçando tudo aqui, gente, que é o orçamento do Município. Essa é a nossa análise, é o que a gente coloca; eu quero deixar uma pergunta aqui para o nosso secretário José Paulo: houve destinação, e a gente identifica ali na LOA, para as escolas cívico-militares. O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares foi encerrado pelo governo federal, não é mais prioridade do MEC. Qual é o propósito, portanto, de ter destinação na LOA para escolas cívico-militares? Eu não entendi, estou fazendo uma pergunta. Educação, gente, a gente poderia entrar aqui na EJA, que é outro problema que nós precisamos, urgentemente, vereadores, chamar um debate sobre. Vamos ter que fazer uma reunião específica para tratar de EJA. Mas eu termino dizendo, gente, não há como a gente falar de educação sem falar da vida das mulheres, que é necessário para que elas possam ter uma vida digna, ter as nossas crianças bem cuidadas, e não só no olhar do cuidado, mas essas crianças estarem em espaços de educação, recebendo todo o aporte necessário para essa faixa etária. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Abigail. Chegou aqui o Ver. Giovani Culau, da CECE. Nós temos mais seis pessoas inscritas. O secretário Cezar Schirmer está com a palavra.

**SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER:** Presidente Mauro Pinheiro, presidente Mari Pimentel, Ver. Giovani, Ver.<sup>a</sup> Abigail, queridos vereadores, sempre é um prazer estar aqui nesta Casa. Iniciei a minha vida pública como vereador e agora

sou secretário, portanto, tenho uma longa trajetória, do começo ao fim da minha vida pública, numa relação com o Poder Legislativo municipal. E comecei a minha vida também como professor de história em uma escola em Santa Maria, portanto, é um assunto que particularmente me atrai, porque não vejo saída para o Brasil que não seja através da educação. E, se isso é verdadeiro, obviamente que é verdadeiro, há uma unanimidade entre nós, tenho certeza... Mas, no Brasil, essa é uma questão muito discursiva, porque, efetivamente, na realidade, a educação não vem se constituindo uma prioridade para governos em todos os níveis, governos federais, estaduais e municipais. Obviamente, não vou tratar do tema educação aqui, porque o secretário tem muito mais qualificação; o secretário Zé Paulo, meu querido amigo e grande competente secretário, tem mais qualificação e conhecimento. E, além do mais, presidentes, nós fomos convidados para responder quatro perguntas específicas que estão aqui. Qual é a previsão do reajuste do repasse às escolas parceirizadas? Qual é a previsão do número de vagas na educação infantil das escolas públicas parceirizadas? Compra de vagas e judicializadas para 2024? Qual será o valor previsto para o bônus-berçário em 2024? Em qual rubrica está o valor para a construção de novas escolas? De onde sairão esses recursos? Quais impactos esperados desse investimento na melhoria do acesso à educação? Na verdade, são questões muito específicas, e eu, particularmente, vim preparado para, no que diz respeito à questão orçamentária, respondê-las; não vim preparado para uma audiência pública, embora eu tenha o maior prazer em tê-las aqui, conviver e, obviamente, aprender com cada uma, com todas as senhoras que acabaram de falar. Eu, no entanto, não quero sair daqui, presidentes, sem, não é exatamente contestar, pena que o Ver. Jonas não está mais aqui, mas ele levantou questões gerais do orçamento que eu não estaria apto a discutir, mas fez referência a outras áreas do orçamento que não educação e que não eram pauta da nossa reunião, mas, obviamente, eu gostaria de contestar. Essa questão do subsídio ao transporte se destina, fundamentalmente, ao transporte coletivo e às camadas mais carentes da sociedade. Obviamente, o cobertor, isto é, a receita de um governo é limitada, é finita, e você tem que escolher entre diferentes

exigências, necessidades que, ao ver da administração, são prioritárias. E, para o governo Melo, tudo o que diz respeito às famílias mais carentes, mais necessitadas, seja na área da moradia, da educação, da saúde ou do transporte, isso é prioridade, as famílias, as necessidades das pessoas carentes. Aqui entro um pouco na questão específica que nós estamos tratando. Eu estava dizendo que há, no Brasil, um discurso generalizado de que a educação é prioridade; mas, se nós analisarmos os últimos 40 anos, na medida em que houve a universalização da educação, e houve um inegável avanço nessa direção, de forma significativa, houve uma redução da qualidade, infelizmente, e também não só da qualidade do ensino, mas também da qualidade do espaço onde as crianças estudam, as escolas onde os professores lecionam. Nós sabemos disso. E não é Porto Alegre, é assim em qualquer cidade brasileira. Por outro lado, há uma inversão, no Brasil, na avaliação do que deve ser prioritário na educação. Os países mais sérios e mais comprometidos com a educação no mundo priorizam a educação infantil; os professores da educação infantil ganham mais que os professores universitários. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso, eu estou afirmando isso que eu estou dizendo. Aqui no Brasil, não; os professores universitários – as senhoras sabem, eu também já fui professor universitário – ganham infinitamente mais, a começar pelo salário, do que os professores da educação infantil. E os espaços das universidades, os prédios, os locais onde são ensinados os alunos, os laboratórios, os equipamentos são infinitamente melhores também que os da educação infantil. Então isso é um absurdo, isso significa que este País – eu, obviamente, me incluo, mas somos todos responsáveis – não trata a educação da forma que deveria tratar. E não é uma tarefa dos educadores essa discussão, essa é uma tarefa da sociedade brasileira, que deveria entender que o professor não é um sacerdote, não, tem que fazer um monumento a cada professor pelo que ele representa de transformação na vida de cada uma das pessoas e da sociedade em geral. Eu digo isso para reafirmar aqui o compromisso que não é meu pessoal, mas é de todo o governo Melo, nessa direção.

E diria mais: também foi feita aqui alguma indagação sobre o orçamento, ou melhor, uma afirmação de que nós não cumprimos a legislação municipal relativamente aos gastos com educação. Eu quero contestar isso, porque isso é uma parte que diz respeito à minha secretaria, especificamente, e eu trouxe aqui – é uma das perguntas que estão aqui, em tese – para mostrar que o Município de Porto Alegre cumpre a Lei Orgânica, que estabelece um valor mínimo de 30% para a educação; e cumpre também a lei federal, que estabelece 25%. Eu vou trazer números que são oficiais, estão registrados no Tribunal de Contas, porque a legislação federal, a Constituição Federal diz uma coisa, e a Lei Orgânica do Município diz outra, são coisas distintas. O que diz a Constituição Federal, no seu art. 212? (Lê.): “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. O Município de Porto Alegre – vou pegar os últimos dois anos –, em 2021, aplicou 21,02%, foi o ano da pandemia, e há uma lei federal que permite aos municípios, no futuro, nos próximos dois anos, recuperar, e isso foi feito, essa recuperação dessa diferença; em 2022, foi aplicado 28,82%; e, em 2023, até o momento, 23,17%, certamente vamos passar dos 25%, de forma significativa. Mas o que diz a Lei Orgânica do Município, diferente do dispositivo constitucional? A Lei Orgânica diz (Lê.): “O Município nunca aplicará menos de trinta por cento da receita resultante de impostos, nela compreendida a proveniente de transferências da União e do Estado, na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal”. A abrangência da legislação municipal no que diz respeito à aplicação dos recursos da educação é muito mais ampla, muito mais elástica; é permitido, quando nós consideramos aqui no critério da Lei Orgânica, incluir como gasto em educação ensino médio, merenda escolar, uniformes escolares, sentenças judiciais, os inativos da educação; isso faz com que, por esse critério da Lei Orgânica, a Prefeitura tenha gasto, no ano de 2021, 36,92% do seu orçamento; em 2022, 45,02%; e, até este momento, em 2023, 41,34%. Então é uma falácia que o Município de Porto Alegre não cumpre a Constituição Federal e não

cumprir a Lei Orgânica. Eu fiz questão de fazer esse esclarecimento porque, mais de uma vez, eu ouvi referências, não só aqui e agora, mas em outros momentos.

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) (CEFOR):** Secretário, deixa eu fazer uma ponderação. Mas a gente ainda está computando os inativos. Existe um acordo para isso, não é?

**SR. CEZAR AUGUSTO SCHIRMER:** É isso o que eu quero falar aqui agora. Estamos incluindo os inativos no orçamento da educação, pela legislação federal e pela legislação municipal, esses são os números. A lei federal, houve uma mudança interpretando esse dispositivo, em 2021, que determinou retirar os inativos. Houve uma adesão do Tribunal de Contas – tem lá as decisões –, e, enfim, nas decisões, fala do absurdo que é uma legislação federal entrar em vigor onerando, e não é só Porto Alegre, são vários municípios do Brasil, sem que haja uma previsão de transição, sem que haja um período de compatibilização da legislação à realidade anterior. Isso significa aplicar na educação, até porque são os inativos, trezentos e tantos milhões de reais por ano. Impossível! Nem a educação teria como aplicar de repente tanto dinheiro, nem o Município teria como colocar em educação esse valor tirando de outras áreas da administração. Isso criaria um colapso. O que nós estamos tentando negociar, tanto com o Tribunal de Contas, quanto com o Ministério Público e Poder Judiciário, é uma transição.

Está previsto no orçamento, que está aqui para ser votado, R\$ 35.078.000,00 no órgão 1500, que é a Secretaria de Educação, Unidade Orçamentária 01502 – Ensino Fundamental, Infantil e Especial, Complementação Financeira ao RPPS/R. Simples – SMED – Educação Especial. Então, nós estamos tratando dessa questão e, obviamente, o governo municipal quer cumprir a legislação tanto que já colocou no orçamento deste ano uma previsão de R\$ 35 milhões para amortizar gradativamente.



Para encerrar minha manifestação, também ouvi que “o que está orçado é pouco, porque isso e aquilo”. Bom, uma coisa é o orçado, o que está previsto e que, obviamente, considera a arrecadação prevista também, que normalmente – está aqui o Ver. Ferronato, que conhece finanças públicas – é sempre o orçado. No que diz respeito à receita, é uma previsão não otimista. É uma previsão que diz: “Vamos trabalhar com um número reduzido, porque, em uma dessas, pode dar uma crise no meio do caminho e vamos ter dificuldade”. O que acontece, ao longo do tempo, historicamente, com raríssimas exceções, quando conclui o ano, o realizado do orçamento, aquilo que efetivamente acontece, é bem mais do que aquilo que foi orçado. Às vezes, chega, no caso de Porto Alegre, a R\$ 400 ou 500 milhões por ano a mais do que aquilo que estava orçado, e assim foi na educação. Se as senhoras e os senhores olharem o orçamento da educação dos últimos anos, vão ver que sempre, exceto no ano da pandemia, 2021, em todos os anos antes ou depois, o realizado foi maior do que o orçado, e assim tem sido no governo Melo.

Por último, eu queria só fazer um pequeno registro. Eu vi a Ver.<sup>a</sup> Abigail, minha querida amiga, falando sobre compra de vaga – não falou contra, disse que é uma opção de governo. Por óbvio, é uma opção de governo, porque é muito mais rápido comprar a vaga, muito mais rápido, e a burocracia é menor. Você não tem tempo de fazer o projeto de construir outra escola, de licitar, de construir, de terminar, de fazer o concurso para professores, e as carências estão aqui como nós sabemos. Então, a opção do governo Melo... E o secretário tem números, ele vai mostrar que cresceu substancialmente a compra de vagas no atual governo. Bom, não atingimos ainda tanto quanto queríamos porque o orçamento é finito e, às vezes, nem os vendedores das vagas, as escolas, têm condições de atender a nossa demanda. Muitas vezes acontece isso. (Manifestações fora do microfone. Ininteligível.) E às vezes também não tem interesse do educado, do aluno, e do pai. Enfim, a compra de vaga é mais rápida e foi por isso que o prefeito Melo optou, exatamente porque, se fosse optar por construir escolas, fazer projetos, licitar, construir e não sei o quê, demoraria muito mais, e essa carência que temos hoje seria extraordinariamente maior.

Por último, eu queria dizer uma coisa que diz respeito, um pouco, à minha experiência de vida pública: eu fico impressionado, porque a rede pública municipal de Porto Alegre é insignificante perto da rede pública municipal dos municípios do interior do Estado. Eu fui prefeito de uma cidade, como sabem, perto de Porto Alegre, e lá tinha muito mais escolas e mais alunos na rede municipal do que na de Porto Alegre. Então, isso criou uma distorção. Agora, o Estado... Há um trabalho sobre o qual o secretário Cezar também vai falar. Tem muitas escolas estaduais da educação infantil de Porto Alegre e do ensino fundamental e obviamente que, em algum momento, a Constituição estabeleceu uma compartimentalização... Como é que chama isso? (Pausa.) É colaboração... (Manifestação fora do microfone. Ininteligível.) ...em educação infantil, fundamental, dando preferência, digamos assim, para o Município, em uma área; para o Estado, na outra; e para a União, em outra área.

Enfim, Presidente, eu gostaria de continuar aqui, com muito prazer, para ouvi-los com mais atenção e eventualmente continuar o debate, mas eu confesso, primeiro, que fui surpreendido. Eu não sabia que as senhoras estariam aqui. Se soubesse, eu teria mudado a minha agenda para ter o privilégio de continuar com esse debate. Ao secretário Zé, sei que ele já cancelou as audiências que teriam à frente e ele vai ficar aqui. E nós estamos à disposição das senhoras, dos vereadores e de quem quer que seja para tratar desse tema tão relevante, tão importante e, certamente, prioridade para o governo Melo. Então, muito obrigado aos senhores, Presidentes, vereadores. Se me permitirem, eu pedi para falar na frente do secretário porque eu tenho que atender outros compromissos. Muito obrigado, senhoras. Obrigado e prazer em vê-los.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, vereador, secretário Cezar Schirmer. É importante a sua participação e todo o seu conhecimento. Então, conforme combinado, secretário, vamos passar às pessoas que estão ali na plateia.

**SRA. ANDRESA DE LOS SANTOS:** Boa tarde a todos e a todas. Eu sou da escola Cheirinho de Mãe, da Restinga. A minha fala é sobre o Professor Sim, Técnico Não. Uma das coisas que eu queria colocar para o nosso secretário, sei que está chegando agora há pouco, é que a nossa luta é de bastante tempo. Toda vez que a gente luta, que a gente faz reunião com a SMED, que vem alguém representando a SMED, qual é a fala que eles nos passam? A Prefeitura não é contra vocês pagarem os professores. Mas de onde vem essa verba? Ninguém nos dá resposta, e a gente sabe de onde vem essa verba: é da Prefeitura. A gente vive da Prefeitura.

Mês passado, no fórum, estive a secretária-adjunta que já não está mais. Eu a questionei, porque ela falou dos valores que vão vir para educação no ano que vem, mas a fala dela era voltada para as EMElS. Não me senti contemplada naqueles valores, aí a questionei sobre os valores do Professor Sim, Técnico Não. Qual foi a resposta? A Prefeitura abre o edital e se candidata para assumir as escolas quem quiser. Foi essa a resposta. Então, eu me senti muito desvalorizada porque a gente atende as crianças com qualidade. Nós vamos nas reuniões que a SMED, que o setor pedagógico faz, onde mostram o que é uma pedagogia de qualidade, com recursos Montessori, com recursos Reggio Emilia, como se a gente não fizesse essa pedagogia de qualidade, e a gente faz sim. Nós não temos verba para comprar os recursos que a Prefeitura, que as EMElS têm, mas nós temos sim tocos de madeira, areia, pedra, brita, o que for para essas crianças brincarem, e muito mais. O que a gente quer é que a educação infantil das conveniadas, hoje parceiras, seja reconhecida sim por seus professores, e não por serem como escolas de primeiro mundo, que esse é o meu sonho. Eu quero que a minha escola seja uma Reggio Emilia, mas com a realidade da minha escola, da minha comunidade.

Outra coisa que eu queria colocar, para finalizar, é a questão das vagas. Talvez não seja o momento, mas também é o momento de a Prefeitura, de o senhor secretário conversar com os responsáveis sobre as vagas. O que está acontecendo hoje nas escolas: as transferências são prioridade; depois, chamar quem não tem escola. Na minha escola, infelizmente, a gente consegue atender

o Maternal 1 só com oito vagas. Abriam as inscrições e eu tenho já quatro transferências. Eu olhei essas quatro transferências na listagem: é uma escola acima da minha; duas escolas a duas quadras da minha. Seria prioridade essa transferência? Não. Não só o Maternal, mas outras turmas também têm isso. Então, gostaria de deixar para o senhor secretário ver isso porque não é só na minha escola, a gente está vendo isso em várias outras escolas. Então, vão continuar sim crianças sem escola se continuarem essas transferências sem sentido. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** O próximo é o Jorge. Quero convidar o Fábio, que é conselheiro tutelar, para fazer parte da Mesa.

**SR. JORGE FELIPE BAVARESCO:** Boa tarde a todos, a todos os nossos colegas aqui presentes, vereadores, secretários e a nossa Mesa ali distinta, Dona Elaine e a Carol. Prazer.

Bom, secretário, seria mais para a sua pessoa ou a sua secretaria. Pouco se disse aqui também que nossas professoras, se podemos ainda começar a dizer isso, ainda têm o cuidado com crianças especiais, além das crianças. Então, elas não são só professoras, elas são mães também dessas crianças. E eu fui um que ainda não me dispus ao Sinpro, com medo do que viria por detrás; se esse recurso eu poderia pagar ou não. Então por entender isso, eu não fiz ainda. Partindo do princípio de que eu quero o *ok* da Prefeitura ou da Secretaria; e eu acho que talvez eu não seja o único caso aqui. Quero e declaro que, realmente essas pessoas que trabalham conosco nas instituições, são professoras e bem capacitadas, tá? Com os salários hoje que elas ganham, que nós condizemos, elas não têm condições nem de fazer um curso de aprimoramento, fazer uma pós-graduação. Isso nós temos que discutir ainda com a Secretaria, porque nós temos algumas professoras que têm pós-graduação; que eu saiba parece que a Prefeitura está andando com esse assunto – tomara. Então seria praticamente isso.

A compra de vagas, não sei se seria possível. Em vez de pensar em compra de vagas, talvez esse recurso viria para nós, que também era uma primeira queixa nossa, que, em vez de comprar vagas, que fizesse com que esse recurso viesse para nós, porque, como diz a colega ali: muitos não querem essa vaga na escola particular porque é distante; é condução de chegar. Então poderia ter sido rateado entre as instituições. Até temos assim algumas instituições, o caso da minha, eu tenho até como ampliar mais vagas porque eu tenho mais três salas, mas com o recurso não é possível perante pagar mais salários, mais impostos e tal. Isso amplia o quê? Vai ter a verba destinada para mais tantas crianças. Por exemplo, o nosso custo fica muito maior quando nós teremos que colocar mais professoras, mais serviços gerais, tudo amplia em valores; e o recurso, infelizmente não está capacitado para isso. Muito obrigado e total apoio a professores.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, Jorge. A Sra. Jussara Cabeda está com a palavra.

**SRA. JUSSARA CABEDA:** Eu já estou no fim da resistência, mas eu resisto junto. Eu me inscrevi para falar a importância das nossas professoras, entende? Infelizmente, o dono do dinheiro foi embora, mas a gente espera que vocês, vereadores e mais os secretários, se sensibilizem. A grande questão é essa, as nossas professoras, com salário pequeno... Eu até vou contradizer o Jorge; com salário pequeno estão fazendo curso para pedagogia, e estão pagando, fazendo EAD para fazer o curso de pedagogia. Isso é a prova de que são professoras interessadas. As nossas professoras, com todos os autistas que estão por aí – as crianças atípicas – estão estudando, elas estão dando atendimento para as crianças muito mais por amor. Eu não estou falando naquela história... Não, é por amor, sim. Elas conseguem trabalhar com autista por amor, só que o autista... Elas conseguem assimilar o autista na sala na sala, mas a criança precisa de atendimento. Ontem eu vi na promulgação da lei, que foi feita pelos vereadores, que foi aprovada, de que tem que ter psicólogo nas escolas;

psicóloga e assistência social. Eu concordo com isso: nós precisamos do psicólogo. Só que a Prefeitura, nós somos rede para a Prefeitura para nos cobrar atendimento, nos cobrar isso, nos cobrar aquilo... Agora, nós não somos rede para ganhar o psicólogo. Então, secretário, nós vamos ter que ter psicólogo dentro das nossas escolas. E aí é aquela questão: o nosso professor precisa ser valorizado. Quando sai um professor, a gente fica louca porque a gente não consegue o outro para substituir, porque não tem; poucos professores querem trabalhar pelo salário que a gente paga. Então vamos dar essa força, realmente que vocês das comissões nos ajudem, façam a emenda aumentando a nossa possibilidade de pagamento, e o secretário se sensibilize para isso. Nós precisamos, com urgência, senão nós não teremos como continuar atendendo às escolas.

Eu gostaria de dizer para a diretora da escola particular que não é assim, a mãe que está trabalhando, que vai trabalhar lá no centro da cidade, ela não tem como levar o filho dela para uma escola e depois ir para o trabalho; não tem como, as nossas mães não têm carro para levar filho para escola e pegar na saída. Não é falta de vontade da vaga, é falta de possibilidade de usar a vaga, isso já foi explicado aqui. Não tem como tu sair com uma criança de dois anos, subir num ônibus cheio, cheia de sacola para ir levar a criança numa escola longe, porque na periferia não existe escola particular. Passou aqui na Câmara a liberação para comprar vagas, mas isso não é viável, não é lógico e não é factível. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** O Sr. Paulo Henrique Costa está com a palavra.

**SR. PAULO HENRIQUE COSTA:** Boa tarde, meu nome é Paulo, sou da Associação da Pitinga; cumprimento o Ver. Mauro Pinheiro em nome de todos, só para não me prolongar. Eu queria falar de um assunto que a gente levou como matéria para última reunião do Fórum, todas as primeiras terças-feiras do mês, secretário, nós temos a reunião do Fórum; o senhor está sempre convidado para ir participar com a gente, porque saem as matérias da educação e da assistência

social. Acho que é importante, sempre, se o senhor tiver um tempinho disponível, às 14h, ir lá participar do Fórum.

O que eu quero trazer aqui, sem me prolongar, é o seguinte, nós estamos recebendo agora – deveríamos receber – as emendas provenientes do ano de 2022, que foram destinadas pelos vereadores, na qual a minha instituição recebeu uma emenda também e muitas outras também receberam. E agora na hora de receber, mudaram o jogo, burocratizaram a situação. Sabe, quando tu participas de algo, tu tens a regra para ler, e mudaram a regra. E o secretário está aqui agora, e eu espero que ele, com a sua assessoria, consiga nos dar uma resposta, porque nós estamos tendo prazos cobrados em cinco dias para fazer coisas; e eu quero falar um pouquinho dessas coisas. Estão nos cobrando que dê negativas, primeiro que ficam nos pedindo, pela demora de olhar os e-mails, lá na Secretaria, ficam nos pedindo para atualizar os nossos documentos, mas até aí perfeito; a gente fica mandando, mandando e mandando, não é Elaine? Manda uma vez, manda duas, manda três, os nossos documentos, mas até aí é perfeito, porque são nossos, então a gente tem acesso aos nossos documentos. Mas agora estão nos pedindo, eu não sei se foi só para mim, acho que para vocês também; as negativas das empresas que tiveram menor valor; eu acho que não foi só para mim, foi para todo mundo. E além disso, declarações de não contribuição... Me ajudem aí... Eleitoral. Então, eu, se comprei na Magazine Luísa, que foi o menor preço, eu vou ter que ir na Magazine Luiza e falar com o vendedor para pedir negativas da empresa, que ele não vai me dar; e pedir que ele me dê uma declaração de que eles não contribuem lá, aquela acho que se chama Luíza Trajano, que certamente ela contribui, politicamente, porque é uma baita uma empresária. Como é que ela vai dizer que ela faz uma coisa ou que ela não faz uma coisa; tem mais uma declaração também, que eu acho... Desculpa, agora, tem mais alguns documentos que eles estão pedindo que é um complicador, é um complicador... É para não liberar. Eu acho que os vereadores que estão aqui, Ver. Jonas Reis, com certeza destinou várias emendas para as escolas, preocupado, e até destinou para mim – eu agradeço muito a ele. Eu acho que não é interessante para nenhum dos vereadores que

está aqui burocratizar, e deixar que chegue nas escolas aquilo que foi pensado, porque isso foi feito para que as escolas possam se qualificar. O recurso que vem da SMED, muitas vezes, para as escolas de menor porte, não é o suficiente; isso ajuda muito.

Então eu queria deixar aqui esse relato, e eu gostaria, se possível, que isso tivesse uma resposta, porque como a SMED está nos dando prazo de cinco dias para responder, a gente não tem uma resposta para dar. Muitas instituições orçaram coisas na internet, como é que tu vais pedir no mercado livre cinco negativas? Tu não tens com quem conversar, porque é permitido orçar na internet. Então mudaram o jogo... Tem um rapaz que se chama Maurício, se não me engano, que manda os e-mails, ele escreve muito mal, secretário, ele escreve muito mal, porque tu não entendes muito bem, é dúbio o que ele escreve, porque as vírgulas não vêm no lugar certo, daí tu não sabe se ele está te pedindo algo para ti, ou para a tua instituição ou... Eu estou mentindo, Elaine? Não. Se eu estou mentindo, me corrijam; é que vocês estão rindo. Porque eu não entendo o que ele escreve; eu não entendo o que ele escreve, porque ele escreve ali, e tu não entende se é para a tua instituição que ele está fazendo ou se é para geral ou se é para a loja que tu estás orçando, sabe? Eu queria que isso tivesse um olhar, porque nós estamos em cima, já estamos com os planos de trabalho para o ano de 24. Estamos montando os planos de trabalho com as emendas para o plano de 2024. E qual é o jogo? Qual é a regra do jogo? Porque, quando tu entras no jogo, tu tens que saber a regra, não é? Eu não sei a regra, e não sabia lá, quando entrei em 2022. Teoricamente, eu sabia, porque tinha recebido a anterior, agora, burocratizaram em cima na hora de pagar. Daí eu pergunto para o secretário, essa é a pergunta: É para não pagar? E, se é para pagar, de que forma? Eu gostaria que tivesse uma resposta disso, porque deram um prazo de cinco dias para as instituições responderem. Eu já repeti, desculpa. Obrigado.



**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, Paulo Henrique. Próximo inscrito, André Seixas e depois a Maria Goreti.

**SR. ANDRÉ LUIZ SEIXAS:** Boa tarde a todos. Boa tarde, Pinheiro; boa tarde, vereadores; boa tarde, secretário; boa tarde a todos os amigos e companheiros. Prometo que eu não vou gritar e não vou falar muito. Como eu me operei, fiz uma bariátrica quarta-feira passada, deveria estar deitado, mas, obedecendo ao chamamento da Elaine e da Carol, vim comparecer para dizer que o nosso problema maior hoje, Cíntia, não é se a gente vai pagar como professor ou como técnico. Eu quero dizer, secretário, é que, fevereiro até o dia 10 de abril, o caos tomará conta do sistema de educação de Porto Alegre, o caos, o senhor terá uma bomba atômica na mão. Ver.<sup>a</sup> Abigail, a vereadora esteve na minha escola, conheceu, vários vereadores desta Casa foram lá conhecer, brincar com as crianças. Por que eu quero dizer isso? Primeiro, eu vou continuar o que o Pitinga falou, não é o Maurício o problema, viu? Não é o Maurício. O Maurício é um assessor que faz... Ele não é o problema, e a informação é que não é o setorial da SMED que é o problema, Fabinho. Pelo que eu entendi, a informação que chega de cocheira é que a controladoria está atuando de uma forma nefasta, ditatorial, porque a SMED teve problemas terríveis – ou vamos chamar... você chama do que quiser – há pouco tempo, secretário, e que não são originários das comunitárias, das parceiras, das conveniadas, não originaram aqueles problemas de licitação, de nada. Não iniciaram... Iniciaram conosco? Não iniciaram conosco; iniciaram com outros setores. Os problemas de obras que teve há dois ou três anos, que iniciaram no governo Marchezan não foram conosco, Jussara. Foi contigo? Foi alguma escola comunitária que teve problema de orçamento, Elaine? Eu desconheço. Só se é secreto. Foram justamente outros setores de obra da SMED. Então, não é conosco o problema. Agora, segundo o que dizem, a controladoria está estourando em nós. Como é... Eu vou para a internet, eu vou para qualquer lugar comprar o que eu quero mais

barato. Se a Magazine Luiza faz doação e faz, a Trajano faz, quem das grandes empresas que não faz? Talvez a Havan não faça doação.

(Manifestações na plateia.)

**SR. ANDRÉ LUIZ SEIXAS:** Abigail, a Havan; Giovani, a Havan não faz. (Palmas.) Vamos comprar na Havan, tá? Para a Restinga é mais perto Viamão, vamos gastar em Viamão. Mas eu quero dizer que isso é um problema que o senhor vai inviabilizar o sistema de educação de Porto Alegre. Ninguém mais pode comprar no mercado da esquina. A Escola São Marcos, no Cafuncho, compra do mercado sete casas para cima dela. Ela não vai... porque o cara não sabe se vai ter as negativas ou não vai ter. Estava falando com uma dirigente aqui antes da entrada, ela tem uma emenda e ela descobriu que a San Marino da Sertório não tem uma das negativas municipais e ela não vai poder usar a emenda lá. Eu vou saber que a San Marino não tem? Então, se a San Marino não tem, qual é a que vai ter? Quando era a Rita no financeiro, secretário – Quem é que lembra da Rita? A Ritinha –, era uma briga para ter isso. Tu chegavas à Colombo, tu chegavas à Ponto Frio, tu chegavas à J.H. Santos, tu não tinhas, eles não te davam orçamento. E tu tinhas que subornar e pedir pelo amor de Deus para pegar e botar um carimbo da loja, Ver. Mauro. Era assim que chegavam os orçamentos. Com o advento da internet, a gente conseguiu. Então, nós não temos como comprar o mais barato. Como é que nós vamos comprar o sabão em pó? O desinfetante? O alvejante? Nós não temos mais como comprar. Isso já está paralisando agora. Eu quero ver, em março, como é que vai ser o senhor. Então, a Câmara de Vereadores precisa fazer uma força-tarefa para chegar ao gabinete do prefeito e botar a banca lá, porque as emendas dos vereadores estão trancadas. Uma parcela, não todas, uma grande parcela já foi paga tá? Por que foi paga eu não sei, Elaine, não vou entrar nisso aqui, mas já foi paga. Então, a gente tem esse problema que vai inviabilizar, Carol, o sistema de educação municipal. Em fevereiro e março, vai trancar, porque não tem mais o que fazer. Eu já estou contratando professor, porque eu disse para ele que o

Sinibref-Inter e o Sinpro já estarão assinando, acho que final da semana ou início da semana, um acordo daquela assembleia, vai virar professor. Eu já pago o salário maior. Enquanto eu tive condição – sem mensalidade, sem contribuição – de 4,36 eu fui para 11, só que vai piorar isso aí. Não será o problema o professor; vai ser o problema de comprar sabão, desinfetante – Entende? – essas coisas minhas e papel higiene para as crianças. Esse é um problema, secretário. Aproveitando essa questão das emendas, eu queria dizer que nós, através das emendas de vereador e do Orçamento Participativo que muita gente não participa mais, mas a gente continua nessa trincheira, nós estamos construindo na Vivi Reis, Amigos da Restinga, na Rua Capitão Pedroso, bem na entrada de Restinga, um prédio novo para cem vagas. São quatro salas, cem vagas e um grande refeitório. Paralisei a obra ontem, porque eu tenho mais de R\$ 300 mil paralisados na SMED, e tem 300 emendas de vereador que foram pagas e a que vai dar, a que vai liberar para dia 10 de janeiro, desculpa não são cem, são 88 vagas de crianças, significa 20%... Comecei a gritar, não é? Eu já vi.

(Manifestações na plateia.)

**SR. ANDRÉ LUIZ SEIXAS:** Então, 20% do que falta de vagas, Carol, na região da Restinga, esse prédio novo vai liberar. Paralisei a obra, porque eu não tenho como pagar, porque faz um ano que estão liberando. No OP da Restinga, o secretário disse que estava liberado, está lá e agora eles pedem cem documentos e, de novo, eu paralisei. São cem vagas que o secretário vai ter que botar em algum lugar. Giovani, vamos levar para onde? Onde é que... Vão comprar vaga na Restinga? É mentira. É mentira. Na Zona Sul não tem; no centro, eles não querem. Entendeu? Então, infelizmente, é uma notícia triste que eu trago para vocês que é um prédio que era para estar funcionando no dia 10 de janeiro, não estará, porque a emenda está trancada em algum setor da SMED. Falta o secretário ir lá dar um chute no camarada, para o secretário poder assinar, porque não é o secretário; é um burocrata que paralisou isso. Mas eu

queria agora, para finalizar, outra parte ruim, tem a pior... O lado bom é que a SMED está contratando 200, 300 monitores e professores. Não é isso que está liberado no edital? Está chamando 200, 300, contratou uma ONG para monitor de inclusão. Maravilha! Só para a rede própria. Para as redes próprias, não é, Ver. Jonas? É para a rede própria. Isso aqui vai dar mais de 500 professores qualificados e talvez, eu não sei toda regra, Cíntia, dessa ONG de inclusão de monitor de inclusão, se vai poder ter outra a não ser pedagogo, se é magistério ou se é auxiliar. De onde esses profissionais vão sair? Não são do Ildo, não são do Emílio; vão ser das nossas ONGs. O camarada não vai sair da Prefeitura para trabalhar na ONG de inclusão, secretário. Se ele vai sair, vereador, ele vai sair das nossas entidades. Alguém tem 100% do quadro? Eu não tenho, eu tenho 96%, faltam duas professoras. Mas não tem para contratar, não tem, tu chamas, chamas e não tem. Se tu não tens para contratar hoje, se o pessoal da Prefeitura está chamando monitor e pedagogo, e essa ONG de inclusão vai chamar, o que que tu vais fazer? Eu pago R\$ 4,1 mil para uma coordenadora, ela vai receber R\$ 6,5 coordenando um setor dessa ONG, eu a perdi. É óbvio, não é? Parabéns! Que ela flutue, que ela voe na carreira dela. Não é o problema dela; o problema é que eu não tenho quem contratar. Como é que o senhor vai iniciar o ano sem profissional nas escolas? Aquela meta que eu já tive, perdi, Presidente, de ter um professor por turma, isso vai se tornar não só impossível, como sonho de verão. Em 2024, nós não teremos – anotem o que o André disser, que é meio Nostradamus, ele tem uma boca santa –, nenhuma escola terá, em Porto Alegre, nem as grandes redes filantrópicas terão um professor meio turno, vereador. Meio turno não vai ter, porque não vai ter no mercado. E o camarada que hoje paga R\$ 1,9 mil não vai contratar ninguém. O cara que pagar R\$ 2,5 mil talvez não tenha, talvez não tenha. Então, o que a SMED vai fazer? O senhor vai ter que dizer amanhã, depois de amanhã, qual é a exigência? É meio turno? Mas que meio turno se não vai ter. O senhor vai ter essa bomba, o CME, o Fórum, o CMDCA e todos vocês que não vai ter profissional para contratar. Elaine, aquela coisa que se fazia há 15 anos – “Não tem ninguém, ponha servente.” –, meu amor, eu vou ter que chamar o borracheiro, porque não tem ninguém. “Vem cá,

eu me chamo Paulo Freire.” “Não, mas tu és o Paulo...” “Não, não, eu sou o borracheiro Paulo.” Foi ele, foi ele, porque não tem, não vai ter para contratar, não vai ter e não tem no Emílio. Eu quero que algum de vocês vá no Emílio ou vá no Ildo, não tem, estão lá os cartazes das escolas chamando, eu fui, lá duas coordenadoras foram comigo, dos que se formam no final do ano, Jonas, cara, mais de 40% já está assinando, jogador de futebol, está com pré-contrato em alguma escola, pré-contrato. Então nós temos duas bombas, a questão orçamentária, porque isso vai estourar nos planos de trabalho, já ninguém está conseguindo comprar carne, papel, não está conseguindo e vai estourar lá que o CME vai querer dar o registro e se botar a SMED e fazer uma força-tarefa junto com o CME ,como era antigamente a tripartite do OP, para quem conheceu a tripartida OP, a tripartite era o braço da SMED, do CME, todo mundo que ia visitar a escola e fazia os apontamentos e chegava a documentação. Isso acabou, o OP está aí, é só reativar, é só reativar. Então quero dizer o seguinte, como é que a gente dorme com essa coisa? Vim eu aqui operado, não posso falar muito, vou pedir desculpa se eu gritei, mas eu não podia ouvir o teu chamado, cara, o teu e da Elaine, eu que estou afastado do fórum já faz tempo, mas eu preciso dizer que em fevereiro o sistema de educação municipal vai implodir, e eu não vejo forma disso. Se vocês olharem os jornais, Guaíba, Eldorado, Alvorada e uma série de cidades da Grande Porto Alegre fazendo chamamento para escolas novas, para ONGs novas, vai ter ONG de Porto Alegre indo para lá, vereador, até porque a ONG que vai manter a inclusão aqui de Porto Alegre é de Nova Santa Rita e Alvorada, mantenham a hegemonia dessas duas cidades, e está tudo bem, tudo bem. Bom, infelizmente essa notícia é que a obra de mais de 88 vagas da Restinga paralisou, acho que talvez em dezembro do ano que vem, se chegar dinheiro, a gente abre as vagas, e aí os alunos vão ficar mais 88 sem vagas. Muito obrigado e desculpa qualquer coisa.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, André. A Maria Goreti está com a palavra.

**SRA. MARIA GORETI MACHADO:** Boa tarde a todos e todas, eu sou a professora Maria Goreti, aqui eu represento a faculdade de educação da UFRGS e a minha intervenção aqui é no sentido de trazer alguns dados a mais para o debate. Eu acho que a discussão principal aqui é o direito à educação pública e gratuita, previsto na Constituição, e, tratando de educação infantil, também da proteção da criança e da adolescência, e isso implica em isonomia do atendimento para todos. A gente tem uma Constituição que prevê o direito à educação para todos e todas em escolas públicas e gratuitas, e isso tem que ser com isonomia. O que isso significa? Que a criança de Porto Alegre...

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Um minuto, Maria Goreti, o secretário pediu para ir ao banheiro. Nós podíamos marcar uma reunião da CECE, se o secretário não tiver a solução, para chamar a Controladoria aqui para dar explicação das questões que foram modificadas e o porquê das exigências para vocês nos ajudarem a cobrar. Não, eu sei que vocês não têm, até porque as minhas também estão trancadas, que eu passei para vocês. Então chamar a Controladoria para que eles venham explicar aqui. Só tem que ver as datas, estou falando sem olhar a data aqui, já estamos em novembro. Ou chamar uma extraordinária. (Pausa.)

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** Uma pergunta, essas emendas que têm que ser pagas neste ano, se não forem, elas caem? Porque o orçamento é deste ano, quero fazer essa pergunta, porque o orçamento é anual.

**SRA. MARIA GORETI MACHADO:** Então essa questão da isonomia, gente, eu acho que ela perpassa também a questão da remuneração das técnicas como profissionais de educação. Porque quando a gente fala em isonomia, a gente fala que toda criança porto-alegrense tem direito à escola com a mesma qualidade, quando a gente fala de uma rede própria de 46 escolas e uma rede parceirizada de mais de 200 escolas e com um orçamento completamente

diferente, a gente está negando à criança porto-alegrense o direito ao acesso de uma escola pública de qualidade. Se hoje o que a gente tem para Porto Alegre é a parcerização, é o que é possível, então que isso seja feito com muita condição financeira. Eu trouxe alguns dados aqui para a gente olhar e aí me surpreendeu quando a Aline falou que das 216 só 21 estão regularizadas e o Jonas também traz que não se cumpre o percentual constitucional com educação, isso é o mínimo que se espera. Isso não é nenhum favor que o governo, o Executivo local está fazendo; é um dever do Município cumprir com o mínimo constitucional. E aí se a gente for olhar o Fundeb, eu sou pesquisadora de financiamento da educação, Porto Alegre é a capital brasileira que tem o maior valor/aluno total dentro do seu orçamento da educação. Porto Alegre, enquanto a gente tem o valor/aluno no Fundeb nacional de 5.212 por aluno/ano, Porto Alegre tem R\$ 21.427,00 de valor aluno/ano, mais do que isso, as parcerizadas, pelo menos as que estão aqui, eu tomei como base o Edital nº 04 de 2020, o orçamento previsto para esse edital, para 2023, dá um valor aluno/ano de R\$ 8.875,00 para as parcerizadas que estão dentro deste edital. Então olhem a diferença de recurso que é disponibilizado para a criança que estuda em escola terceirizada e para a criança que estuda na rede própria de Porto Alegre. Então eu acho que isso tem que entrar na pauta dessa discussão, principalmente, porque, quando a gente fala em educação de qualidade, a gente está falando de prédio adequado, de professor com boa formação e com criança que estude, criança pequena principalmente que estude próximo da sua residência, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição e na LDB. Então a gente não pode fugir disso. Uma mãe, como já foi dito aqui pelo André, uma mãe que sai de casa para pegar seu filho e levar para uma escola com compra de vaga, do outro lado da cidade, depois atravessar a cidade de novo para ir até o seu local de trabalho, ela acaba desistindo. E não tem nem sentido uma política como essa. Comprar vaga é a última das últimas possibilidades, mediante à judicialização do acesso à educação. Então se a parcerização é a saída hoje, ela tem que ser qualificada, e se qualifica com recurso para que a criança que frequente a parcerizada tenha

direito à mesma qualidade de educação que a rede pública de Porto Alegre hoje oferece nas suas 46 escolas. Eu quero aqui, para encerrar e não me estender muito, deixar a faculdade de educação à disposição para que a gente possa continuar discussões dessa natureza, que a gente avalie o orçamento, que a gente avalie o custo dos alunos nesse país e que a gente consiga ter uma capital que tenha um valor aluno total igual a esse, é a maior capital do Brasil, gente, ela só perde para mais cinco municípios pequenos do país, principalmente na Região Sudeste. Não dá para aceitar que não se destine mais recursos para a educação municipal. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, Goreti.

**SRA. CÍNTIA MATTOS:** Em relação à questão do deslocamento, a SMED faz um raio de dois quilômetros de distância da residência da pessoa até a escola. É o máximo, a escola tem que estar dentro de um raio de dois quilômetros. Só que isso é contabilizado em linha reta, tipo de dois quilômetros da escola contabilizados em linha reta, não falando sobre o transporte público, sobre as eventuais circunstâncias que levam a chegar até essa escola. Então isso é um dos agravantes também que as pessoas sempre falam: “Ah, é longe.” É longe. E outra coisa muito importante, mudanças de território para território, a gente precisa ficar atento à saída de um território para outro, porque a gente também tem problemas de violência na nossa Porto Alegre.

**SRA. CARINA KOCHÉ:** Pessoal, só para ficar claro, essas compras das escolas privadas, a Prefeitura está mandando conforme o interesse das famílias nas inscrições que aconteceram. Então assim, se essa criança foi destinada para uma escola do Centro, a família escolheu uma escola do Centro do Município ou das parceirizadas para estar fazendo a inscrição, porque a gente está em período ainda. Então essa discrepância de estar num lugar mais longe e a vaga ser destinada no Centro foi uma escolha da família no período de inscrição que a Prefeitura está fazendo. Eu acho que isso tem que ficar claro. Eu entendo toda



a questão social de distanciamento, acho bacana essa possibilidade de viabilizar valores e tal, sem problema nenhum. Agora, assim, que fique claro: essas vagas das escolas particulares que estão sendo compradas pela Prefeitura estão vindo da lista da Prefeitura, que foi a família que escolheu o bairro para estar colocando seu filho. Isso tem que ficar claro, e aí, assim, não estou puxando o saco, estou sendo justa com o processo que está sendo feito. Eu acho que clareza e transparência nessas horas é importante, para a gente elucidar todo o processo. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado. A Sra. Marília está com a palavra.

**SRA. MARÍLIA FIDEL:** Boa tarde a todos e a todas, é uma tarde produtiva a gente discutir educação com todos os poderes. Eu acho que eu fui contemplada em muitas falas aqui, eu não ia me inscrever, mas eu me inscrevi no momento que a minha preocupação é a questão da qualificação das escolas. Quando se fala em qualificar, parece que os comunitários estão desqualificados. Eu venho do tempo da LBA, onde era creche, e muitas mães cuidadoras na família, e foi se evoluindo para as escolas infantis. A minha escola, ela se chama Eremi, é lá no Partenon. O propósito da construção daquela escola, que a gente foi para o Orçamento Participativo, é atender à comunidade da Maria da Conceição, primeiro momento, porque tu entrar na comunidade por um motivo particular e ver uma criança de quatro para cinco anos te avisando que está vindo a chuva, com um baita dum sol, e tu entender que aquela chuva que ela está dizendo é a polícia entrando na comunidade, está tudo errado. Foi por isso que eu abri uma escola na vila, para que as crianças entendessem que chuva é uma coisa que vem do céu, que molha a plantinha, que é vida, não é a polícia que vai lá ser o seu agressor. Porque a criança lá na comunidade, muitas vezes, ela não tem condições de avaliar que existe o crime, que existe o tráfico e que a polícia está lá porque tem que estar naquele momento. Então, ela vê a polícia, ela desce para o asfalto com aquele olhar duma comunidade e diz assim: “Não, eu vou

para lá, eu quero ocupar aquele espaço, mas eu venho de um espaço de violência do próprio Estado”, mas na visão dela. Por isso que eu lutei, tive a oportunidade da nossa escola ser lá no Botânica, aí vem a questão do local: “Bah, Marília, a área era da Presidente Vargas”. Eu tive uma luta enorme com a Presidente Vargas, que explorou, o único transporte coletivo que teve lá foi da Presidente Vargas, nem para dar a contrapartida de dar a área em troca de imposto, de coisa assim, não consegui. Tive que ir para a luta, tive que ir para desapropriação dum terreno que, há 40 anos, era um lixão. Tem uma senhora da padaria que ela não gostava muito de mim, porque a gente estava lá cobrando, e ela via a questão mais político-partidária do que a questão da luta social, porque eu queria botar uma creche. Hoje ela diz em qualquer lugar: “De um lixão a Marília transformou numa escola de educação”. Nós nos qualificamos, tudo o que pedem a gente vai fazendo. Hoje é uma instituição de educação infantil. A comunidade queria colocar o meu nome, como tem lá da tia Beta, a Divineia, uma grande liderança; tinha o Carlinhos, na Zona Sul; lá na Helena, da FAPA. É legítimo, é verdadeiro, mas aquela comunidade é um quilombo que foi trazida lá da Ilhota e jogada lá sem água e sem luz, e as crianças convivendo com tudo aquilo que a gente sabe. Então a escola tinha que ser lá, e ela é lá. Eu consegui convencer a comunidade a não pôr o meu nome, não que eu não gostaria de ficar contemplada, feliz, mas Eremi quer dizer “criança minha”. Por que que eu estou trazendo isso aqui? “Ere” é criança, “mi” é minha, é um conceito que ela é de todos nós. Quando eu digo de todos nós, ela é, primeiro, da família. O Estado tem que ter muito cuidado para tirar a família fora, é o assistencialismo. A assistente social, eu sempre digo, é um fio de linha que separa a assistente social do assistencialismo. Quanto tu dizes que a mãe não tem que fazer nada, que o pai não tem que fazer nada, que o Estado dá tudo, nós estamos dizendo assim ó: o filho não é teu, o filho é do Estado. Então Eremi quer dizer a família, depois, a sociedade civil. Eu, como sociedade civil, e a minha associação, construí uma escola de primeiro mundo. Ela não perde para nenhuma escola particular, é só ir lá. A sala não é arrumada quando vai visita, a hora que vocês quiserem ir lá, a minha escola está lá com dignidade, com luta.

Nós agora estamos enfrentando um outro problema, que é um problema para as entidades, quando nós estamos dizendo assim ó, alguém sentou lá no ar condicionado pensou e disse assim: vamos incluir. O que quer dizer incluir? Incluir a criança com autismo para uma escola comunitária, sem uma estrutura, sem um apoio, então tem que seguir a regra toda. Incluir como, de que jeito, de que forma? A lei diz que para os berçários, para cada seis crianças, é um professor, certo? Então tem o berçário, tem o maternal; no jardim, é só uma. Por que que é só uma? Porque a criança é autônoma, ela vai no banheiro, ela se alimenta, ela é autônoma. Mas agora nós temos crianças, no jardim, com fraldas, com dificuldade de fala e para a mesma professora, sem saber que as nossas crianças também têm aquele olhar da discriminação: “Ah, tu usas fralda; ah, tu vestes mijão; ah, tu... Então nós temos que trabalhar tudo sem uma estrutura, isso é muito cruel para a criança que tem autismo, e é cruel para aquela que não tem. Nós temos casos, não sei se alguma outra escola tem, mas a regressão da criança que estava avançando no jardim B, para ir para a escola, regredindo para acompanhar a criança com autismo. Ela está regredindo, porque a criança com autismo tem que ter mais atenção. Nós temos discutido isso e nós temos tido, graças a Deus, quando eu tenho brigado lá com a SMED, eu tenho tido o apoio necessário nessa questão.

A outra questão que eu tenho brigado, aqui está o conselheiro tutelar, no bom sentido, como é que a gente age quando a criança está descompensada, tem um surto. Bom, aí a SMED, aí a Câmara, todo o mundo tem que nos ajudar, porque uma criança com autismo, ela não aguenta ficar o turno integral, mas aí ela ganhou a vaga, ela tem que ficar o turno integral. Vai no Conselho Tutelar, tem que ficar o turno integral. Eu e o Fabinho chegamos a ter uma discussão: “Não, mas o lugar da escola é o lugar de proteção”. É o lugar de proteção de todos, mas a família tem que ser o primeiro lugar de proteção. O que eu quero dizer aqui para os vereadores e para o secretário, nós cobrar da família, ajudar a família, mas dizer que o filho é dela, ela também tem que assumir o filho dela. E ela pode, ela ganha o Bolsa Família, ela ganha a creche de graça, então ela não precisa nada. Nós fizemos o dia da fruta, que não é para cobrar, é para a

criança aprender a trocar, elas acham que não. Agora está lá escrito: não contribua com nada. A contribuição espontânea, para que que serve para nós a contribuição espontânea? Só que tem uma coisa, eu quero concluir dizendo o seguinte: com a contribuição espontânea, e tem também que prestar conta, só que hoje ela está totalmente proibida, às vezes, tu não vais num passeio para não pedir R\$ 20 para a mãe para ajudar naquele passeio. Estragou uma caixa de descarga, o que é a caixa descarga? A criança tem que usar para aprender, a nossa criança lá, ela vai puxar a descarga, estraga. Tu vais chamar uma empresa, vai sair R\$ 300, R\$ 400, mas tu tens o Rudi, vizinho lá da comunidade que sabe arrumar, tu o paga, tu vais lá e compra, com que dinheiro tu faz isso? Com o dinheiro da contribuição. Tu queres cortar a grama, vai chamar uma empresa para cortar grama, aí tem aquele guri que teve uma pena comunitária, que quer se recuperar da droga, ele comprou uma cortadeira lá e vai lá, era o que eu contratava, mas ele não tem nota eletrônica. Algumas coisas têm que ser repensadas, senhores vereadores, na questão do que que é uma contribuição espontânea, o que que é um pagamento. Eu sempre digo para os meus pais lá: não é um dever de vocês ajudar, contribuir com alguma coisa, é um direito. Se eu botei o meu filho no mundo, eu quero ter o direito de contribuir com alguma coisa na educação dele. Nós estamos tirando esse direito da família, quando diz: não precisa nada, nada, tu não dás nada, tu não vais lá, tu não dás uma fruta estragada para a escola. Isso tem que repensar. Eu quero concluir dizendo uma coisa muito séria, muito séria mesmo para nós. Nós temos que incluir, mas nós temos que ter o cuidado de não estar fazendo o inverso, nós estar afastando a criança da escola, nós estar prejudicando essas crianças com essa inclusão sem uma estrutura. Tem até alguns dirigentes que não gostam muito da minha fala, porque diz assim: eu não preciso do dinheiro, se eu tiver o profissional. Se eu vou ter o técnico, o apoiador que vai acompanhar, vai ser pago pela Prefeitura, ok. Se eu tiver o dinheiro para contratar, mas, se me mandar o profissional, é isso que eu preciso, que o dinheiro é para isso. Nós temos uma alimentação de qualidade, nós temos a nutricionista, nós temos professor de educação física, agora, educação física nas escolas, nós já contratamos um para fazer capoeira

lá, é importante para as crianças. Eu quero dizer o seguinte: o que que nós precisamos? Parceria, parceria. Eu nem vou falar nas emendas, porque já foi falado aqui, e a gente não entendeu bem o processo. Porque, assim: se tu fazes um orçamento em março, e se a emenda for aprovada, no março do outro ano muda tudo. Tu tens que, inclusive, fazer novo orçamento. Tem uma empresa lá que ia fazer, já deu problema, o cara se mudou, eu vou ter que tentar pegar o segundo orçamento. Assim, pessoal, é muito importante nós termos essa discussão, ouvir os dirigentes, pensar também que o assistencialismo destrói a família, o assistencialismo tira a responsabilidade daquele pai e daquela mãe. É que nem dizer assim ó: se tu tiveres mais um filho, tu vais ganhar mais cem pila. Ela vai ter mais um filho para os cem pila, mas aquele vai ficar maior e aqueles sem pila vai acabar, e aquela criança vai fazer o quê? Vai ser um adolescente, vai ser um adulto que vai para o ato infracional, porque ela não tem, ela sempre ganhou. Então temos que fazer essa reflexão. Eu quero sim que vocês continuem conveniando com as escolas comunitárias, porque elas hoje estão de qualidade, a gente avançou muito. Tinha escola que realmente, às vezes, era um amontoado de criança, móveis com cupim, comparados lá no Mensageiro da Caridade. Hoje não existe mais isso. A gente também quer essa parceria. Às vezes, como tem uma ou outra pessoa que pode fazer errado, e nós temos o infrator, mal-intencionado em todas as profissões. Nós temos ótimos políticos, mas também nós temos políticos que não são ótimos assim. Nós temos grandes dirigentes, mas tem outros que não, mas isso não é da função. Eu aprendi isso, quando fui administrar uma cooperativa. Eu tinha horror de cooperativa, porque eu achava que fugiam com o dinheiro, que não atendiam ninguém, mas hoje eu entendi que não é o que, é quem está na linha de frente, quem está ali. Eu peço compreensão conosco, nos ajudem que as comunitárias, elas não podem fechar. E a questão do zoneamento também, não é nem assim ó, da Restinga para o Centro, do Partenon para o Centro. Olha o Partenon: encaminharam uma mãe do Partenon para nossa escola, só que, geograficamente, ela mora lá na Cachorro Sentado, ou ela mora lá na Restinga, então ela tem que pegar Uber todos os dias para chegar na minha escola, porque, na realidade, tem que

também conversar com essa mãe sobre isso, porque, às vezes, não está ajudando, está dificultando. Tem uma que não está vindo, falta muito, porque é muito longe, e ela gasta R\$ 20 por dia em Uber. Obrigada, desculpe me estender, mas é uma oportunidade única para nós. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, Marília. O Sr. Fábio está com a palavra.

**SR. FÁBIO SOUZA:** Oi, boa tarde a todos e a todas, sou o Fábio, sou Conselheiro Tutelar, representante do conselho no Fórum de Entidades e no CMDCA. Quero parabenizar a Elaine, a Carol e o presidente da CECE, Mauro Pinheiro, por esta reunião. É sempre muito bom vir aqui e discutir educação, que é um tema de grande valia para Porto Alegre. Quero dizer que o Conselho Tutelar é um órgão garantidor de direitos e, muitas vezes, a gente se limita, a gente fica enxugando gelo por causa dos déficits de vagas, principalmente, de berçário e maternal. Aí quando a gente solicita vaga e vem a negativa, a gente encaminha para a defensoria pública, para que aquela vaga seja conseguida via judicial. A defensoria pública demora três, quatro, cinco meses para atender àquela família, ou seja, aquele direito ficou violado o ano inteiro, porque logo já abre o período de inscrição para o ano que vem. Então aquele ano foi perdido, e aquele direito ficou violado. Muitas vezes, a gente fica lá enxugando gelo. A gente, que fica visitando as entidades, o conselho também é um órgão fiscalizador, as entidades reclamam muito dessa burocracia que vem acontecendo. Muitas entidades conseguiam antigamente, no CME, o registro via o protocolo dos bombeiros, porque a entidade conseguiu fazer todas as adequações, e aí entrou com protocolo nos bombeiros para visita do PPCI. E o bombeiro demora um, dois três anos, porque daí é uma questão da agenda deles. E hoje o CME não está dando registro para quem não tem o PPCI, só que isso não depende mais da escola. A escola já fez todas as adequações, a escola já pediu para os bombeiros a visita e não sabe quando os bombeiros vão visitar, e aí fica dependendo de um outro órgão e não consegue o registro. Então tem coisas que, com essa burocracia, a

gente tem que ver uma forma, junto com a Câmara e a parceria que sempre temos com a Prefeitura, de resolver, porque são coisas que não depende da instituição, depende de outros órgãos, isso tranca e atrapalha a instituição para desenvolver o trabalho.

Também, pessoal, eu não vou ficar aqui repetindo, o secretário também tem outros compromissos, então, não vou falar das emendas e tal. Já falei dos déficits de vaga, mas sobre a emenda, vereador, eu tenho uma pergunta: a emenda que é destinada para 2023, se, porventura, ela não for paga neste ano, como fica? Porque o orçamento é anual, essa emenda pode ser paga no ano que vem, tem essa possibilidade? Porque hoje já é novembro, e cada vez se precisa de mais e mais documentos, cada vez se cria mais e mais empecilhos, cada vez a burocracia toma conta, e aí dezembro está aí, se não for paga, a entidade perde esse valor destinado? Então isso é uma dúvida, é uma pergunta que eu queria fazer. Alguém está dizendo que vai para o cachão. Bom, então, pessoal, muito obrigado e parabéns, Elaine; parabéns, Carol; e parabéns, vereador. Obrigado pela presença, secretário. Ótima reunião a todos, obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, Fábio. Vai ter que ser rapidinho, senão vai faltar tempo ao secretário.

**SRA. CAROLINA AGUIRRE:** Eu só queria colocar sobre a questão das emendas. Eu acho que foi muito bem falado, podemos fazer o encaminhamento, como conversamos, de marcar uma outra reunião para podermos falar exclusivamente sobre as emendas. E aí também podemos trazer os demais entes, vamos dizer assim, para podermos ter essas conversas. Só ali, para a gente poder saber, está sendo solicitado as declarações de negativas de doação eleitoral de não compatibilidade com cargo público, cumprimento do inciso XXIII, da Constituição Federal, e a declaração de não ocorrência de impedimentos, também de acordo 3.019. Então tem algumas declarações aqui que não competem jamais a uma empresa, por exemplo, a 3.019, então são algumas declarações que não têm como.

E aí só mudando um pouquinho de assunto, nós fizemos também, enquanto Fórum e CMDCA, o levantamento de metas, para 2024, que as instituições poderiam atender. Apresentamos na reunião em que a gente participou agora, nesta semana, e as instituições poderiam ampliar para agora, 2024, 1.067 vagas. Sobre isso ainda há algumas instituições que provavelmente poderiam se manifestar depois, mas, nessa pesquisa de agora, nós temos já mil vagas para oferecer. Também há uma outra questão: somos cientes da questão dos aumentos, em que a Prefeitura e a SMED apresentaram lá na reunião do Fórum, mas é importante dizer que esta reunião aqui é além daquele aumento. Então já tem previsto, para 2024, um aumento para as instituições? *Ok.* Nós precisamos ir além. Nós precisamos de uma rubrica específica para o salário do professor. Tem que ser específico: vai ser “x” por cento para o todo, mais “x” para o professor. A gente precisa dessa rubrica bem específica para a gente poder trabalhar com mais qualidade.

E também já aproveito para entrar na linha do que o André tinha dito, que eu acho que a questão que a gente poderia pensar – e a AEPPA é um dos parceiros, a UFRGS é outro parceiro – sobre a questão de qualificação, além de salário, oferecer, dentro de Porto Alegre, cursos de pedagogia e de magistério, para que as instituições, as pessoas, na verdade, possam se interessar por isso, mas esse interesse só vai partir se o salário for agradável também.

Para fechar minha fala, nós tínhamos solicitado, Ver. Mauro Pinheiro, a reunião para nós também falarmos – tanto é que o documento que a gente entregou, no início, está ali para isso também – sobre um valor para a assistência. E a gente não pode deixar de sair daqui sem falar. Nós estamos atendendo as crianças da assistência. Nem sei como que a gente está atendendo o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, porque o valor está muito baixo, está totalmente defasado. Quando o per capita de uma criança da educação infantil está em R\$ 925,00, se eu não me engano, para 12 horas; o da assistência está em R\$ 333,00. Então, agora, tu colocas uma criança de seis a 14 anos, vejam o quanto essa criança consome, come e tudo mais, usa os espaços. Então, assim, por R\$ 300,00 é impossível atender com qualidade essa criança. Nós precisamos



também afirmar, na LOA, um recurso para a assistência, tanto para a educação quanto para a assistência. E que pena que hoje o presidente da FASC, os secretários da SMDS não estão aqui. Eu sei que eles estavam numa outra agenda, mas eu acho que a gente tem que reforçar essa questão, e, se for o caso também, a gente chamar para uma outra reunião, para a gente poder afirmar que a assistência também é importante e que a gente precisa de recurso também. É um serviço de qualidade? Tem que ter recurso. Não há como trabalhar sem qualidade e muito menos sem recurso.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, Carol. Secretário, pode responder tudo.

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** Ver. Mauro, em seu nome cumprimento os demais vereadores, os demais componentes aqui da reunião conjunta, CECE e CEFOR, obrigado pelo convite. De fato, eu tinha uma outra agenda às 16h, mas consegui cancelá-la agora há pouco aqui. Então, eu posso falar mais uma hora agora sem problema também, para me vingar, agora eu vou falar uma hora aqui. (Risos.) Eu tenho aqui uma apresentação que responde boa parte dos questionamentos que a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, inclusive, fez e que vocês fizeram formalmente, mas, depois, eu trato de mais alguns temas. Então, são poucas lâminas, se puder passar aqui.

(Procede-se à apresentação.)

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** Haviam essas quatro perguntas, pode passar já a próxima, a primeira: qual a previsão de reajuste do repasse às escolas parceirizadas? O que está previsto aqui para... É 215 o número que a gente está utilizando, a gente falou em 216, 217, mas o número é 215 hoje. Para as 215, estão previstos 7% de reajuste – esse é um acordo já anterior. Então, em 2024, terá o reajuste de 7% acima do IPCA, mas que corrige também algumas distorções, então são 7%, desde lá. Para a demais, a gente está aplicando

4,36%, agora retroativo a abril. Então, ainda sai este ano para as escolas que trabalham educação integral, especial e básica, algumas escolas que a gente tem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** Não os 7% são para 2024, a partir de janeiro reajusta o 2024.

Aqui a previsão de vagas para 2024. Eu trago aqui da rede municipal e da conveniada e se observa, de fato, que da rede própria são 7,3 mil vagas e da conveniada quase 22 mil vagas, um total de quase 30 mil vagas, em 2024. Esses são os números de vagas que a gente tem previsto para 2024.

Pode passar a seguinte. Aqui a previsão de número de vagas na educação infantil, nas escolas públicas, nas parcerizadas, compra de vagas e judicializadas para 2024. Aqui tem só um uma amostra das judicializadas em 2021, 2022 e 2023. Hoje, nós temos 1.783 vagas judicializadas. Nós fizemos um acordo extrajudicial com a Defensoria, Ministério Público, no ano passado, e hoje tem 550 vagas que nós compramos nesse acordo extrajudicial. E das escolas credenciadas, que a Carina aqui representa, são 134 vagas. Esse número de 134 vagas é baixo comparado com todo o volume de vagas que a gente. E assinamos um novo acordo, agora, com a Defensoria, para mais 100 vagas. Então, se for necessário, a gente vai providenciar.

Volta ali, que só quero fazer esse destaque ali, nas linhas de baixo aqui que vocês não estão vendo, mas que eu vou ler: nós vamos abrir um edital de credenciamento prévio de novas OSCs, especialmente nas regiões de alta demanda. Então, além das OSCs atuais, a gente pretende ampliar para novas OSCs, ou se as atuais quiserem ampliar também as suas atividades, mas especialmente naquelas regiões de alta demanda. E pretendemos fazer esse edital até o final deste mês de novembro. E naquelas regiões onde não houver credenciamento de novas OSCs e tal, a ideia – viu, Carina? – é fazer o credenciamento de novas escolas privadas para, dentro do possível, onde não

tiver uma OSC, pelo menos oferecer essa alternativa. E nós dispomos de R\$ 35 milhões do nosso Orçamento, foi dito aqui pelo Cezar Schirmer, dentro daquela questão dos inativos, que vai nos permitir fazer a compra dessas novas vagas, então, ao longo aí de 2024.

O valor previsto para o bônus-berçário, isso foi negociado, a Elaine, o pessoal já negociou nessa reunião que vocês citaram, então ficou em R\$ 359,47 o valor do bônus-berçário, o que vai aumentar o orçamento em R\$ 12,2 milhões no ano de 2024. É baixo, mas considerando o número total de estudantes e multiplicando, dá R\$ 12 milhões no ano, que está previsto no nosso Orçamento 2024.

(Pergunta inaudível. Fora do microfone.)

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** A partir de 2024, janeiro de 2024.

(Pergunta inaudível. Fora do microfone.)

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** O próximo de compra de vagas? Eu acredito que sim, nós estamos trabalhando no edital, mas eu acredito que sim, vamos também trabalhar.

Em qual rubrica está o valor? Eu estou trazendo aqui que é nós, numa parceria com a Unesco, vamos concluir cinco escolas que estavam paradas, cinco escolas que estavam com quase com 80% concluídas, então cinco delas nós vamos concluir. Já foram repassados para Unesco R\$ 32 milhões, no final do ano passado, eles estão já trabalhando no projeto, em seguida vem um edital aqui para contratar a empresa que vai fazer a reforma. No final do ano que vem, início de 2025, nós teremos aí então mais cinco escolas próprias de educação infantil.

A Ver.<sup>a</sup> Biga falou no Escola Bem-Cuidada. O Escola Bem-Cuidada é o nome de um projeto que está agora em consulta pública, e a ideia é que tenha uma parceira que vai trabalhar a manutenção das escolas, e além de trabalhar a manutenção das escolas, vai construir dez novas escolas; isso está previsto

nesse edital. Dez novas escolas de educação infantil estão previstas. Se tudo corre bem, se está em consulta pública agora, a gente...

(Pergunta inaudível. Fora do microfone.)

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** Nesse caso, para as escolas próprias. Calma, vou chegar lá. Mas para as escolas próprias nós temos esse projeto aqui que está andando. Porque nós temos uma rede própria muito boa, muito embora tenha alguns problemas, porque são redes antigas, e quem trabalha com educação sabe que é manutenção eterna, então eventualmente tem uma caixa d'água ali, tem um esgoto ali, eventualmente tem algum problema, mas é uma rede muito potente, a rede pública de Porto Alegre, essas 99 escolas próprias. E uma rede muito boa, com escolas que estão muito bem, mas é necessário trabalhar a manutenção dessas escolas. E é o mesmo problema que vem nas parceirizadas, quer dizer, o diretor da escola se envolve tanto com a manutenção, com a caixa d'água, com o piso, e, às vezes, as questões pedagógicas, que são a razão de ser da escola, ficam num segundo plano. Então a ideia, pelo menos nas escolas próprias, é a gente resolver isso com essa parceria.

Tem o Fundo do Patrimônio Imobiliário, que nós estamos também ali inscrevendo projetos nossos, porque prédios como esses antigos da SMOV, que estão sendo vendidos, o recurso vai para um fundo, e, em relação a esse fundo nós podemos apresentar projetos, dentro da Prefeitura, para reformar ou para construir escolas. Então, estou apresentando projetos, porque a pergunta é de onde vem, em quais rubricas. Esse fundo a gente está trabalhando...

(Pergunta inaudível. Fora do microfone.)

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** Exatamente. É uma boa pedida. Eu não tinha pensado no CME e no Fumpat, mas pode ser. Eu estou trabalhando com outras alternativas, mas podemos conversar a respeito sim.

E tem essa questão da municipalização. De fato, há uma proposta do governo do Estado de que o ensino fundamental fique no Município, e acho que é justo, que é correto. Nós temos municípios como o Rio de Janeiro ou Vitória, na Bahia, que são municípios grandes onde o ensino fundamental é todo do Município; e o Estado está só com o ensino médio. Nós, aqui em Porto Alegre, temos mais escolas do Estado oferecendo ensino fundamental do que escolas do Município. E a gente sabe que para o Estado é uma dificuldade muito grande, pois são 2.400 escolas para fazer gestão, e no Estado inteiro, em 497 municípios. Então isso cria uma dificuldade de gestão maior. O Município está mais perto, consegue fazer uma gestão melhor; mas é algo ainda a ser discutido. Então, a nossa negociação hoje com o Estado envolve poucas escolas; eu diria que são quatro ou cinco escolas que talvez a gente consiga entrar para fazer educação infantil, e o Estado, em algumas delas, a gente está negociando para talvez o Município ficar com os anos iniciais do ensino fundamental. Do 1º ao 5º ano, num primeiro momento, com os professores ainda do Estado, cedidos para fazer esse trabalho com o Município. É o tipo de discussão que a gente está tendo, que não está fechada ainda, mas é uma possibilidade para ter um pouco mais de escolas. O Estado tem muitas escolas grandes que exigem também manutenção, e algumas delas ociosas, com salas realmente sobrando; e nós com essa falta de vagas na educação infantil. Então me parece lógico que a gente negocie e ocupe parte dessas escolas e ofereça ali educação infantil. Então são alternativas que nós temos aí para resolver a questão da falta de vagas e melhorar o acesso à educação. Parece-me que é isso de respostas às perguntas que vieram. Encerra aí, não é? Eu acho que não tem outra. É, encerrou aí.

Eu queria, a Ver.<sup>a</sup> Abigail falou da Acomur, e seria bom que tu fosses na Acomur efetivamente. Essa é uma dificuldade é uma dificuldade que a gente tem em algumas parceirizadas, que são, a maioria delas, muito boas; e outras nem tanto. E a gente tem que ter um cuidado social, às vezes, de como tratar disso, de como resolver. No caso da Acomur, é uma parceirizada que não é das melhores e que tem um buraco no refeitório, onde as crianças poderiam cair. Então ela foi interdita. Além de outros problemas de prestação de contas e tal, outros que

que a gente tem com essa entidade. E nós negociamos, então, com as famílias, e as crianças foram transferidas para a Escola Murialdo, que fica ali perto. As famílias tiveram uma reunião com o Murialdo, foi ampliado o número de vagas dessa escola e as famílias estão muito felizes, porque a escola é muito melhor, essa Murialdo, do que a que tinha lá na Acomur. Quando a Acomur corrigir todos os problemas, nós podemos voltar a parceirizar com eles, porque sabemos que ali, naquela região ali é importante. Mas é o tipo de dificuldade que a gente tem. Só que a imprensa trabalha em cima do que a Prefeitura... Não! A gente resolveu o problema, resolvemos o problema das famílias e as crianças estão numa situação muito melhor hoje na Murialdo do que lá na Acomur. Mas nós vamos dar atenção à Acomur também porque sabemos do problema social que tem.

(Pergunta inaudível. Fora do microfone.)

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** Momentaneamente, sim. Momentaneamente, sim, enquanto as crianças estão lá, e ela tem que corrigir os problemas. Em corrigindo os problemas, nós podemos voltar a parceirizar com eles, sem nenhuma dificuldade.

E do Escola Bem-Cuidada é isso que eu falei, nós temos realmente um projeto que está em andamento e pretendemos ter aí um parceiro que vai trabalhar a manutenção das escolas.

Com relação a esses problemas da SMED que o André Seixas trouxe, eu estou há quatro meses na Secretaria Municipal de Educação e já visitei 75 escolas, nesses quatro meses, dentre próprias e dentre as parceiras. Dentre as parceiras, acho que o André Seixas já saiu, porque ficou muito tempo de pé e gritou demais aqui, teve que sair, mas eu já visitei, por exemplo, a Creche ViviReis, que é uma parceirizada de ótima qualidade lá na Restinga, que é do André Seixas. E esses problemas que trazem, esses problemas eventuais, assim, da SMED ou da documentação que é exigida, tudo isso acho que a gente pode conversar, pode conversar. Eu desconhecia essa dificuldade. Em nenhum momento vocês trouxeram isso direto a mim, talvez tenham levado às demais áreas lá da SMED,

mas eu desconhecia. Tem muitas coisas que, de fato, a Procuradoria do Município exige. Exige porque legalmente precisa. Mas eu acho que a gente tem que ter uma certa flexibilidade, uma certa resiliência e entender a necessidade que vocês têm, a agilidade que tem aí para poder resolver os problemas. Então me coloco à disposição para a gente conversar, sentar, tratar desse tema específico e verificar de que forma que a gente pode facilitar, dentro da legalidade necessária, que nós temos dentro do Município. E eu, assim, sou parceiro de vocês, eu me coloco na posição e também percebo algumas dificuldades dentro da Secretaria Municipal de Educação, que inclusive fizeram com que eu chegasse à posição de secretário, pelas dificuldades que tivemos, especialmente no primeiro semestre, pelas dificuldades de distribuição de alguns equipamentos que foram comprados, que levaram à CPI, que levaram a toda essa discussão que está havendo na Câmara. Isso tudo é que fez com que eu chegasse lá. Então, obviamente, essa gestão dentro da SMED tinha problemas. Nós tínhamos um prédio ali na Rua dos Andradas que foi interditado, parte da equipe ficou na Av. Siqueira Campos, a outra parte ficou em casa, então esses problemas também de comunicação e tal decorrem dessas mudanças que não foram positivas. Faz um mês e meio, mais ou menos, que a gente conseguiu reunir a equipe da Secretaria naquele prédio ali da Rua Gen. João Manoel. Então, agora a gente tá conseguindo reorganizar as estruturas, os fluxos e, então, eu compreendo parte das dificuldades que vocês têm, eventualmente, de comunicação, de contato; algumas pessoas mudaram, trocaram. Eu estou tentando formar uma equipe que seja uma equipe que tenha conhecimento técnico, mas um perfil comportamental adequado para fazer esse tipo de negociação, e isso a gente não consegue, especialmente na área pública, fazer de uma hora para outra, então vai um tempo, mas eu acho que já está melhor do que estive. Eu estava trabalhando, quando fui convidado para ser secretário, e aceitei o desafio, porque eu quero ajudar a cidade a melhorar os seus índices de educação. Eu estudei o mundo, assim como a colega da UFRGS, que pesquisa aqui os fundos, os recursos e tem um trabalho acadêmico nesse sentido, eu pesquisei a gestão de sistema educacional do mundo inteiro. Eu

estive na Ásia, fiz meu doutorado lá na Coreia; estive em Singapura fazendo um pós-doutorado e vendo como é que Singapura chegou no primeiro lugar do mundo no Pisa de 2015; estive na Europa, estive aqui na América do Sul, estive na América do Norte pesquisando sistemas educacionais, e trabalhei em outras instituições. E eu não conseguia entender – e não consigo entender ainda – como é que, com todos esses recursos, com um grupo de professores – nós temos 4.200 professores na rede –, com professores com doutorado, com mestrado – tem um grande número de professores com doutorado, com mestrado –, como é que os nossos índices educacionais são tão baixos em relação a outros municípios, a outras capitais – não se justifica isso. Nós temos uma rede própria qualificada, nós temos uma rede parceirizada qualificada, nós temos bons professores, boas estruturas, temos recursos, como é que o resultado é tão ruim? Então, mesmo percebendo todas as dificuldades ali na virada do ano; em junho e julho, quando me convidaram para ser secretário, eu achei que seria egoísmo de minha parte não aceitar este convite percebendo os desafios que a nossa cidade tem para melhorar a qualidade da sua educação, e especialmente na educação infantil. A educação infantil, como o Schirmer disse aqui, é a principal fase dessa linha educacional de qualquer criança, de qualquer jovem. Se tiver uma boa educação infantil, o caminho está feito para ele melhorar depois no ensino fundamental, no ensino médio e numa educação superior. E eu compreendo a necessidade, com esta mudança que tem agora de Senalba para Sinpro, e com esse aumento salarial, nós temos que discutir, e estou à disposição para a gente sentar, discutir, avaliar essas questões. Não será aqui agora que a gente vai resolver, mas podemos marcar para discutir, porque eu entendo que, além daquilo que está colocado ali, a gente tem que avaliar o custo realmente que a parceirizada vai ter com esse aumento, e nós sentarmos e discutir, depois levar para o prefeito e discutir com prefeito e tal, sem problema. E acredito também que não só a questão do professor, mas a questão do atendimento do aluno com deficiência, que, de fato, a gente conseguiu, nas próprias, resolver, com este projeto do Incluir+POA, em que estamos trazendo aí 421 novos profissionais que vão atender a rede própria, mas as parceirizadas



como é que ficam? Então, eu entendo que é uma discussão que precisamos ter, porque a parceirizada precisa também ter condições de atender e atender com qualidade o aluno com deficiência, e nós temos responsabilidade. Nós temos responsabilidade com a rede própria e com a rede conveniada, porque tudo é a rede que atende o estudante de Porto Alegre de forma gratuita, é nossa responsabilidade atender. Então, fico à disposição para a gente sentar, discutir e ver, dentro do orçamento que a gente tem, quais são as melhores condições para que esta rede conveniada, parceirizada possa também atender muito bem os estudantes, inclusive os estudantes da inclusão.

Acho que aquele problema que o Seixas trouxe, da falta de professores, vejam que, quando a gente acha uma solução, aí já tem um outro problema, porque a solução vai causar problema lá de a gente perder professor. A falta de professores, saiu uma pesquisa, há um mês, que o instituto de educação do Sesi fez, indicando que nós teremos um apagão de professores logo aqui à frente. Então, não é uma questão nossa aqui, da rede parceirizada, da rede própria, nós teremos um apagão de professores, porque estão faltando professores nas nossas faculdades de educação. Então, é um trabalho da sociedade criar condições para que mais jovens queiram ser professores...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** Bom salário – bom salário –, boa formação, boas condições – concordo. Pagar bons salários é um passo importante para motivar os jovens a serem professores, porque, hoje, qualquer jovem vai querer ser médico, advogado, jogador de futebol, modelo, mas professor não tem... Então, é um problema da sociedade, que nós temos que resolver, e, melhorando o salário, já é um grande passo aí para talvez a gente motivar mais pessoas a serem professores. De qualquer modo, eu quero dizer o seguinte: eu estou do lado de vocês, e só estou aqui como secretário com esse objetivo de melhorar essa situação das escolas, melhorar a situação dos nossos estudantes. E, para melhor os estudantes, nós temos que trabalhar professores, condições,

estrutura, tudo isso. E eu acho que é possível a gente fazer isso, mas, ao contrário de Israel e Hamas, que ficaram jogando foguete um para o lado do outro, nós temos que conversar em conjunto aqui, ver as melhores condições, as melhores alternativas, as melhores estratégias, porque estamos todos no mesmo barco. Tem disputa política, ano que vem é um ano de eleição, eu sei que não é fácil, mas no que tange à educação, se a gente não trabalhar em conjunto – e eu estou me colocando à disposição para sentar com vocês, para encontrar as melhores alternativas, porque é só assim que a gente vai mudar essa realidade, e é só assim que eu também continuarei como secretário tentando ajudar, porque a bronca é grande, as demandas só aumentam, mas eu acho que é possível enfrentá-las – é possível enfrentá-las –, e eu estou me colocando à disposição de vocês nesse sentido.

Eu poderia me estender mais, mas, pelo adiantado da hora, eu me coloco à disposição e devolvo a palavra, então, para o Mauro Pinheiro. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Obrigado, secretário. Secretário, em cima aqui da tabela que me foi entregue, eu fiz um – antes de ser vereador eu fui dono de mercado, botequeiro – então, eu tirei a caneta de trás da orelha aqui e fiz umas contas, secretário, segundo os números que foram levantados, do que eu escutei aqui. A diferença do piso seria R\$ 1.185,00 para o professor com pedagogia. Aqui elas falam em fazer uma programação para três anos. Se nós temos em torno de 3 mil professores – é isso? Eu não sei se é esse o número –, nós precisaríamos em torno de R\$ 15 milhões a mais, no ano que vem, para pagar os 7% ali, se dividir os R\$ 1.185,00 por 3, depois multiplicar por 12, nós teríamos em torno de R\$ 15 milhões a mais no orçamento para repassar para as escolas infantis.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Aqui, eu acho que está com os encargos junto. Então, seria pelo menos isso a mais que nós teríamos... Tenho

certeza que o secretário teria a maior boa vontade de pagar. Eu acho que fica a bola mais agora conosco, com os vereadores, para a gente discutir, ter mais um dia ou dois para a gente fazer emendas ao orçamento, e a gente tentar descobrir de onde saem os R\$ 15 milhões para a gente passar para a educação. Acho que com uns R\$ 15 milhões a mais poderia resolver o problema. Acho que a gente tem que reunir aqui as duas comissões, que reúne vereadores de quase todos os partidos aqui nas duas comissões, a gente procurar esse acordo ainda entre quinta e sexta-feira para a gente poder fazer uma a emenda coletiva para a gente aprovar. Claro que a emenda, se não for... e, sendo bem sincero aqui, a gente pode até aprovar a emenda, mas se o governo não concordar com a emenda, ele também depois ele não vai executar a emenda. Então, por isso a gente acha que tem que fazer o máximo possível, dialogando junto com governo, e o governo também, se a emenda tiver um valor inferior, mas ele quiser reportar, ele consegue jogar dentro, desde que esteja previsto que tenha a rubrica, e isso já tem nas escolas infantis.

Eu acho que o importante... mas aqui também, além desse valor e dessa luta que a gente concorda, e tenho certeza que o secretário também concorda de as técnicas serem reconhecidas como professoras e passarem também, a gente sabe os próprios dirigentes concordam e querem fazer isso, mas não fazem porque os recursos não são suficientes. Então, a gente também tem que entender o lado do dirigente, porque ninguém é contra o técnico ser professor e receber o melhor salário. Então, é uma luta que a gente vai ter que fazer constantemente para que a gente possa evoluir, assim como a gente sabe que as escolas parceirizadas, que já foram conveniadas, já tiveram vários nomes, mudaram os nomes, mas o certo é que elas evoluíram e evoluíram muito de 1994 para cá. A gente, que acompanha – eu acompanho, mesmo antes de ser vereador –, a gente vê a evolução dessas escolas e vê a evolução dos profissionais que trabalham com as escolas, o esforço que a SMED fez para qualificar, cobrar e repassar mais recurso – os recursos foram aumentando. A cada ano que passa, a gente vê que a Prefeitura passa mais recurso. E, cada vez mais, também essas escolas, as parceirizadas, conveniadas ou o nome que

for, elas completam o trabalho que é de obrigação do Município, tanto é pelos números que o próprio secretário nos apresenta aqui, o número de escolas próprias e as conveniadas, é três vezes mais conveniadas do que as próprias. Então, nós teríamos em torno de 75% das... estou fazendo os cálculos de cabeça pelo que o senhor passou ali, secretário, em torno de 75% das crianças do Município de Porto Alegre são atendidas na escola infantil por escolas parcializadas ou conveniadas. Então, é um número muito...

**SRA. CARINA KOCHÉ:** Presidente, eu discordo, porque nós temos as escolas particulares também...

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Ainda tem as particulares...

**SRA. CARINA KOCHÉ:** E, nas particulares, nós estamos em torno de umas 500 escolas – me corrige, secretário.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Eu digo das escolas que são gratuitas, mais as escolas do ensino público...

**SRA. CARINA KOCHÉ:** Sim, é que quando o senhor fala das crianças...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Da parte pública...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. CARINA KOCHÉ:** Sim, mas as escolas particulares também fazem parte do sistema, e também são crianças e também fazem parte desse time. É só uma correção no sentido de ficar claro.

**PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL) (CECE):** Claro. Não, tem mais os particulares. O ensino infantil gratuito é uma obrigação do Município – todos nós sabemos e o Município sabe disso. Então, em 75%, o público é atendido pelas escolas conveniadas.

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** Deixa só eu acrescentar, vereador, que a gente tem de compreender que o Estado deixou de atender a educação infantil e atendia. As escolas do Estado tinham educação infantil então o Estado deixou de atender a educação infantil. E na pandemia, também com a crise econômica, muitas famílias que tinham na escola privada migraram para a escola pública. Então esse aumento substancial que nós tivemos decorre disso, e não foi possível. A gente ampliou o número e vamos ampliar, vamos atender, mas a gente tem de compreender também que foram fatores externos que ampliaram sobremaneira a procura das famílias para a escola pública e a gente tem expectativa de que em 2024, 2025, a gente resolve esse problema.

**PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL) (CECE):** Mas esses números aqui eu estou pegando e fazendo os cálculos de cabeça, conforme foram apresentados. O secretário talvez tenha os números mais corretos, mas isso demonstra o que eu quero dizer que 75 %, em torno disso – um pouco menos, um pouco mais –, de escolas públicas são atendidas por vocês, é um trabalho em que nós temos que nos debruçar e buscar saídas. Porque é fundamental para a nossa cidade, hoje, esse serviço então nós aqui temos a obrigação de buscar saídas, de buscar o orçamento, de onde tirar o recurso. Como nós vamos resolver o problema das técnicas? Porque é preciso receber professores, é preciso ter o reconhecimento. Eu acho que todos nós precisamos buscar essa evolução. Eu acho que a saída também da compra de vagas particulares é importante, não vai resolver, mas é mais um tanto que se soma. Eu acho que tem que avançar também porque, às vezes, tem pai e mãe que prefere trazer o filho para uma região mais central porque ela trabalha na região central. Ela traz o filho deixa ali e já vai trabalhar; depois, fica mais fácil de buscar. Então é mais uma alternativa, eu acho que

quanto mais alternativas tiver, melhor, e a gente não pode desprezar nenhuma dessas alternativas. Então a gente é parceiro para todas elas, eu acho que todas são importantes; as particulares, o sistema de compra de vaga. Nós temos que buscar recurso porque não tenho dúvida de que todos estão aqui concordam que a educação infantil é prioridade para todos e, muitas vezes, fica na prioridade do discurso. Então nós temos que passar para que, além do discurso, seja prioridade de verdade. Por exemplo, eu sou vereador aqui e tenho emendas impositivas, aí eu venho, dou o discurso que a minha prioridade é a educação infantil e não ponho R\$ 1,00 das minhas emendas impositivas na escola infantil, então, não estou priorizando. A hora de priorizar é quando eu tenho recurso para aportar, é quando eu tenho que defender. Eu acho que é a mesma coisa que a gente tem que cobrar de todos, mas eu acho que o secretário é uma pessoa que tem conhecimento, eu nunca conversei tanto com secretário de educação como tenho conversado. Já estive aqui conversando com ele, ele já esteve aqui outras vezes; eu já estive conversando na secretaria, ele demonstra todo o interesse de avançar e, em pouco tempo, em quatro meses... Você que está há quatro meses à frente da secretaria? Eu achei que era muito mais, porque nós já fizemos tanta coisa junto, secretário, que eu achei que já fazia mais tempo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL) (CECE):** Então, secretário, temos que avançar, a gente conta com o seu apoio para a gente se reunir com o prefeito para discutir.

**SRA. CAROLINA AGUIRRE:** De forma mais prática, agora quinta e sexta-feira é o prazo para fechar as emendas, é isso?

**PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL) (CECE):** É.

**PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL) (CECE):** E seria interessante uma nova reunião com a SMED, em que a gente pudesse estar participando enquanto MDCA e fórum? E aí a gente já traçar a questão do orçamento para trazer novamente? Porque eu me preocupo com questão de prazo, a gente tem dois dias.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Carol, a minha a minha proposta é... Secretário, é possível uma reunião do pessoal do fórum, das representantes com a secretaria até quinta-feira para construir essa saída junto com a Secretaria de Planejamento também?

**SR. JOSÉ PAULO DA ROSA:** A gente pode se sentar para chegar numa proposta de valor que realmente seja cumprível e tal, e trarei para vocês.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Porque, para nós não vai haver dificuldades, desde que o governo diga que é possível.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ALINE DE OLIVEIRA KERBER:** Só para finalizar algumas questões, eu acho que temos avanço, sim, e essa LOA apresenta um avanço que, para nós, é de luta e é de conquista. Desses 35 milhões que são recursos do inativo, dos aposentados e pensionistas, 10 % voltando, são 35 milhões. E, se esse dinheiro vier para a educação infantil, e acho que o grande problema é que tem orçamento, mas ainda é pouco sabe, secretário? E bom, se vamos chegar em 10 anos nesses 350 milhões, eu acho que aí os índices vão melhorar. Então acho que tem essa conquista de retornar esses 35 milhões, e aí me contraponho ao secretário César Schirmer que diz que é uma lei. Não, é uma emenda constitucional, a Emenda Constitucional nº 108, de 2020 acrescentou ao texto constitucional a vedação expressa do emprego dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para pagamento de aposentadorias e

pensões, o que dá 350 milhões por ano. Por isso que, no litígio com o Tribunal de Contas, se acertou esses 10 milhões, e eu acho que é essa ênfase que também temos que... Bom, já tem 35 milhões sendo devolvidos para o orçamento do ano que vem e tem tudo para que seja incrementado, além desse bônus de 12 milhões. E aí, sim, a gente vai começar a colher os resultados, porque falta efetivamente orçamento.

Respondendo ao conselheiro tutelar de sobre a regularização das escolas e o papel do CME, nós ficamos sem conselho municipal de educação por conta da mudança da lei do sistema e também da lei do conselho por nove meses. E não temos sede, também são só dois funcionários de RH do CETE, e a gente precisa. Então estamos num processo de reconstrução do conselho, compusemos agora...A coordenadora está aqui da comissão de educação infantil, e esse processo vai andar em 2024 sem sombra de dúvidas.

Dizer que vai até amanhã o período de inscrição para a educação infantil. Eu acho que todas as entidades têm que fazer essa busca ativa, chamar, fomentar; amanhã é o prazo no *online*.

Em relação – só para fechar aqui a minha fala para a Carina da rede Ciranda, que propõe um turno pedagógico. Não basta uma mudança de lei aqui porque as diretrizes curriculares nacionais da educação infantil trazem toda jornada da criança que precisa ser pedagógica, e é currículo nas escolas infantis. Então, não basta uma mudança de lei aqui no Município, tem que ser uma mudança de lei nacional para que possa ser modificado que a escola não sirva só para o pedagógico, que é a tua proposição, não é?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ALINE DE OLIVEIRA KERBER:** É. Eu não sei se as escolas estão trabalhando errado ou não estão trabalhando. Então é importante fortalecer o controle social o CME para que a gente possa fiscalizar e contribuir para uma jornada pedagógica das crianças, que é esse objetivo. Então agradecendo



também aqui às duas comissões. Seguimos aí na luta para que nenhuma criança fique fora da escola.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado. Eu só queria aqui responder ao secretário César Schirmer que veio dizer que o Município aplica o mínimo das leis de orçamento. Isso é uma mentira! Um documento, do Tribunal de Contas do Estado, diz que foi 19,22% de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino em 2022. Portanto, muito longe da Lei Orgânica, que é de 30%; e bastante longe da Constituição, que é de 25%. Portanto, é uma vergonha, secretário César Schirmer, que é o secretário do planejamento e assuntos estratégicos. Mas eu até quero mostrar para vocês aqui. Eu entendo por que ele está fazendo isso aqui nesta comissão – veio hoje e saiu. No orçamento da secretaria dele está o dinheiro da educação; era 20 milhões, em 2022; foi para 46 milhões, mais do que dobrou em 2023; e vai para 122 milhões em 2024. Ele vai contratar o que com esse dinheiro? Uma Secretaria de Planejamento não precisa de todo esse dinheiro! É ali que nós vamos morder esse dinheiro, sim; nós vamos morder esse dinheiro para as escolas, para as conveniadas, para as comunidades, ou ele quer contratar os CEOs das Lojas Americanas para fazer projetos de gestão para Porto Alegre? Isso nós não vamos aceitar. Eu quero estar nessa reunião, se o secretário César Schirmer estiver, porque eu quero dizer para ele que ele tem que reduzir na metade esse valor. Se, de 46, pular para 60 já é um baita pulo, mas não para 122 milhões. Aqui está o nosso dinheiro, está aqui na lei que o prefeito mandou para a Câmara: o dinheiro da educação está com César Schirmer.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL) (CECE):** Muito obrigado, secretário. Muito obrigado ao todos participaram, vamos e buscar a escola para todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 17h22min.)

TEXTO SEM REVISÃO